

APOSTILA DE RESOLUÇÕES DE QUESTÕES PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Direito Constitucional



BOA PROVA

SUMÁRIO

| | |
|-----------------|-----|
| Capítulo 1..... | 3 |
| Capítulo 2..... | 35 |
| Capítulo 3..... | 58 |
| Capítulo 4..... | 78 |
| Capítulo 5..... | 102 |
| Capítulo 6..... | 122 |
| Capítulo 7..... | 150 |
| Capítulo 8..... | 179 |
| Capítulo 9..... | 198 |



CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES



1) Ano: 2020 Banca: SELECON Órgão: Prefeitura de Boa Vista - RR Prova: SELECON - 2020 - Prefeitura de Boa Vista - RR - Guarda Civil Municipal

Maria analisa a Constituição e verifica que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil consiste em construir uma sociedade livre, justa e solidária. Ao decidir uma situação concreta e lançar mão dessa norma constitucional para interpretar o caso, está sendo utilizada a denominada interpretação:

- (A) histórica
- (B) filológica
- (C) teleológica
- (D) semântica



Solução rápida: Lançar mão está no sentido de “**utilizar**”, ou seja, o tipo de interpretação que “**utiliza**” os objetivos da República só pode ser a **teleológica**, que é aquela que leva em consideração a finalidade da norma: construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Solução completa: Método jurídico ou hermenêutico clássico

Para os que se valem desse método, a Constituição deve ser encarada como uma lei e, assim, todos os métodos tradicionais de hermenêutica deverão ser utilizados na tarefa interpretativa, valendo-se dos seguintes elementos de exegese:

- Elemento genético: busca investigar as origens dos conceitos utilizados pelo legislador;
- Elemento gramatical ou filológico: também chamado de literal ou semântico, pelo qual a análise deve ser realizada de modo textual e literal;
- Elemento lógico: procura a harmonia lógica das normas constitucionais;
- Elemento sistemático: busca a análise do todo;
- Elemento histórico: analisa o projeto de lei, a sua justificativa, exposição de motivos, pareceres, discussões, as condições culturais e psicológicas que resultaram na elaboração da norma;



- Elemento teleológico ou sociológico: busca a finalidade da norma;
- Elemento popular: a análise se implementa partindo da participação da massa, dos “corpos intermediários”, dos partidos políticos, sindicatos, valendo-se de instrumentos como o plebiscito, o referendo, o recall, o veto popular etc.;
- Elemento doutrinário: parte da interpretação feita pela doutrina;
- Elemento evolutivo: segue a linha da mutação constitucional.

Gabarito: Letra C

Anotação



2) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA Provas: Quadrix - 2020 - Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA - Fiscal Municipal de Obras - Fiscalização

As constituições podem ser classificadas sob diferentes critérios, levando-se em conta sua forma, origem, sistemática, estabilidade etc. No que se refere às classificações das constituições, julgue o item.

Classificam-se como costumeiras as constituições que não trazem as regras em um único texto solene e codificado, sendo baseada em usos, costumes, jurisprudências e convenções.

() Certo () Errado



Solução rápida: Constituição não escrita, ou costumeira, é aquela cujas normas não estão plasmadas em texto único, mas que se revelam através dos costumes, da jurisprudência e até mesmo em textos constitucionais escritos, porém esparsos, como é exemplo a Constituição da Inglaterra

Solução completa: Aqui nesta questão espera-se que o aluno julgue a afirmação como certa ou errada.

Para resolver esta questão, exigia-se do aluno algum conhecimento acerca da classificação das Constituições, em especial acerca do que a doutrina define como constituições costumeiras. Vejamos:

As Constituições podem ser classificadas quanto à forma das seguintes formas:

Constituições escritas: são aquelas formadas por um conjunto de normas de direito positivo constante de um só código (codificada) ou de diversas leis (não codificada, Constituição legal). Atualmente, quase todos os Estados adotam constituições escritas. O objetivo aqui é trazer estabilidade, previsibilidade, racionalidade e publicidade para as normas constitucio-



nais, promovendo maior segurança jurídica. Exemplos: Constituição dos Estados Unidos da América e todas as Constituições brasileiras.

Constituições não escritas, inorgânicas, costumeiras ou consuetudinárias: são aquelas cujas normas se originam, principalmente, dos precedentes judiciais, das tradições, dos costumes e das convenções constitucionais. Exemplos: Constituição da Inglaterra, da Nova Zelândia e de Israel.

Logo, classificam-se como costumeiras as constituições que não trazem as regras em um único texto solene e codificado, sendo baseada em usos, costumes, jurisprudências e convenções.

Gabarito: Certo

Anotação



3) Ano: 2020 Banca: FEPESE Órgão: Prefeitura de Itajaí - SC Prova: FEPESE - 2020 - Prefeitura de Itajaí - SC - Assistente Tributário Municipal

De acordo com a **Constituição Federal**, é correto afirmar.

- (A) As leis ordinárias serão aprovadas por maioria absoluta.
- (B) Em caso de relevância e urgência, o Chefe do Executivo poderá editar medida dispondo sobre partidos políticos e direito eleitoral.
- (C) As leis delegadas serão elaboradas pelo Congresso Nacional após delegação do Chefe do Executivo.
- (D) A emenda à constituição será aprovada por no mínimo um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (E) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Solução rápida: Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.



Solução completa: Vejamos cada uma das alternativas:

A) Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 69. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta

Lei Ordinária -> maioria simples .O número inteiro imediatamente superior à metade dos presentes (Deve estar presente a maioria dos membros,consoante o art.47)

Lei Complementar -> maioria absoluta. O número inteiro imediatamente superior à metade de todos os membros da casa. Ex: Câmara dos Deputados possui 513 membros , metade do total= 256,5. Número inteiro imediatamente superior 257. Esqueça o “macete” metade + 1. Nesse caso teríamos 257,5 ,ou seja, 257 pessoas e 1 anão??

Outro exemplo: Imagine que em um determinado dia estão presentes 60 Senadores na casa (O Senado Federal possui 81 membros)

Para aprovar Lei Ordinária quórum de 31 membros. N° inteiro imediatamente superior à metade dos presentes.

Para aprovar Lei Complementar quórum de 41 membros. N° inteiro imediatamente superior à metade do total.

B) Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.

C) Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

D) Art.60 , § 2º A proposta de Emenda à Constituição será discutida e votada em cada



Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

E) Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

-> A reforma à Constituição apresenta quatro tipos de limitações: materiais, formais, circunstanciais e temporais.

As limitações circunstanciais se verificam quando a Constituição estabelece que em certos Momentos de instabilidade política do Estado seu texto não poderá ser modificado. Assim, circunstâncias extraordinárias impedem a modificação da Constituição. A Carta da República instituiu três circunstâncias excepcionais que impedem a modificação do seu texto: estado de sítio, estado de defesa e intervenção federal (CF, art. 60, § 1º). Destaca-se que, nesses períodos, as propostas de emenda à Constituição poderão ser apresentadas, discutidas e votadas. O que não se permite é a promulgação das emendas constitucionais.

Gabarito: Letra E

Anotação



4) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRN - 2º Região (RS) Provas: Quadrix - 2020 - CRN - 2º Região (RS) - Assistente Administrativo

Quanto às noções de Estado, julgue o item.

De acordo com o artigo 60, § 4.º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, no Brasil, a forma federativa constitui cláusula pétrea e, por isso, não pode ser abolida por meio de reformas constitucionais.

() Certo () Errado

Solução rápida: Art. 60, 4º Constituição Federal de 1988 Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Solução completa: O poder constituinte originário estabeleceu algumas vedações materiais, ou seja, definiu um núcleo intangível, comumente chamado pela doutrina de cláusulas pétreas:

- A forma federativa de Estado;
- O voto direto, secreto, universal e periódico;
- A separação dos Poderes;
- Os direitos e garantias individuais.

As cláusulas pétreas podem ser:

- Expressas (art. 60, §4º, CF);



- Implícitas.

Conforme expõe Michel Temer: “as implícitas são as que dizem respeito à forma de criação de norma constitucional bem como as que impedem a pura e simples supressão dos dispositivos atinentes à intocabilidade dos temas já elencados (art. 60, § 4º, da CF)”.

OBS: Tais matérias não podem ser abolidas, entretanto nada impede que elas possam ser ampliadas/alteradas. Dessa forma, isso não significa que não possam ser alteradas, o que é intangível é o núcleo essencial. Então meras reformas redacionais ou acréscimos podem sim serem alterados nas cláusulas pétreas.

OBS: Não é cláusula pétrea o voto obrigatório.

OBS: O STF vem entendendo que a interpretação adequada do art. 60, §4º, IV é a de que as cláusulas pétreas não estão apenas previstas no artigo 5º, pois existe outros direitos fundamentais que vão além do artigo 5º e que o STF também considerada cláusula pétrea.

Gabarito: Certo

Anotação



5) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRMV-AM Prova: Quadrix - 2020 - CRMV-AM - Assistente Administrativo

Após passar por uma revolução, o Estado X teve sua Constituição imposta de forma unilateral por um grupo revolucionário. Suas regras eram sistematizadas e organizadas em um único documento, extenso e com regras minuciosas, que poderiam ser tratadas por meio de leis infraconstitucionais. Essa Constituição poderia ser alterada com o mesmo procedimento de alteração de uma lei não constitucional, buscando conferir legitimidade meramente formal aos detentores do poder, em seu próprio benefício, e prevalecendo regras individualizadas, como normas constitucionais revestidas de pouco grau de abstração.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item.

A classificação quanto à alterabilidade possibilita classificar as constituições em rígidas, flexíveis e semirrígidas. Dessa forma, infere-se que a Constituição do Estado X é rígida e a atual Constituição do Brasil é semirrígida.

() Certo () Errado



Solução rápida: A Constituição do Brasil é rígida e a do Estado X é flexível.

Sobre a CLASSIFICAÇÃO DA CF/88

MNEMÔNICO: “**PEDRA F**”

Promulgada

Escrita

Dogmática

Rígida

Analítica

Formal



Solução completa: Quanto à estabilidade - Rígida, Flexível, Semirrígida, Fixa, Imutável:

Constituição Rígida: é aquela que necessita (requer) de procedimentos especiais, mais difíceis (específicos) para sua modificação. Esses procedimentos são definidos da própria Constituição. Exemplo: a nossa Constituição Federal de 1988.

Constituição Flexível: é aquela que não requer procedimentos especiais para sua modificação. Ou seja, ela pode ser modificada por procedimentos comuns, os mesmos que produzem e modificam as normas ordinárias, na lógica, por exemplo, tradicional de que lei posterior revoga lei anterior do mesmo nível hierárquico.

Constituição Semirrígida: é aquela que contém, no seu corpo, uma parte rígida e outra flexível. Um exemplo desta constituição é a nossa Constituição de 1824.

Fixa ou silenciosa: é a Constituição que só pode ser modificada pelo poder que a criou (poder constituinte originário). São as chamadas Constituições silenciosas, por não preverem procedimentos especiais para sua modificação. Exemplo: Constituição espanhola de 1876.

Imutável ou granítica: é a chamada Constituição granítica, pois não prevê nenhum tipo de processo de modificação em seu texto. São, nos dias atuais, relíquias históricas.

No caso em tela, a Constituição Federal de 1988 é rígida e a do Estado X é flexível.



Gabarito: Certo

Anotação

6) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRMV-AM Prova: Quadrix - 2020 - CRMV-AM - Assistente Administrativo

Após passar por uma revolução, o Estado X teve sua Constituição imposta de forma unilateral por um grupo revolucionário. Suas regras eram sistematizadas e organizadas em um único documento, extenso e com regras minuciosas, que poderiam ser tratadas por meio de leis infraconstitucionais. Essa Constituição poderia ser alterada com o mesmo procedimento de alteração de uma lei não constitucional, buscando conferir legitimidade meramente formal aos detentores do poder, em seu próprio benefício, e prevalecendo regras individualizadas, como normas constitucionais revestidas de pouco grau de abstração.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item.

A Constituição do Estado X, quanto à sua origem, deve ser classificada como outorgada.

() Certo () Errado



BOA PROVA

Solução rápida: Quanto à **ORIGEM:**

Promulgada = Constituição que conta com a participação popular, democrática. Ex: 1988, 1891, 1934, 1946.

Outorgada = É imposta pelo governante, o povo não participa de nada.

Cesarista ou Bonapartista = É feita sem a participação do povo, mas tem o plebiscito para o povo aprovar ou não. O povo não ajuda a escrever a constituição.

Pactuada ou dualista = Duas forças de poder escreveram a constituição (Monarca e o Parlamento).

Solução completa: As constituições podem ser classificadas de diferentes formas, a depender do parâmetro utilizado. Na questão em foco, exige-se o conhecimento de classificação quanto à origem da constituição.

Assunto:

Quanto à origem, a constituição pode ser:

(I) outorgada: é imposta unilateralmente por pessoa ou grupo detentor do poder político sem participação popular. Ex: constituições brasileiras de 1824, 1937 e 1967.

(II) promulgada (democrática ou popular): é aquela que se submete à vontade dos governados, uma vez que é elaborada por Assembleia Nacional Constituinte formada por representantes eleitos pelo povo. Ex: constituições brasileiras de 1891, 1934, 1946 e 1988.

(III) cesarista: é aquela constituição que foi outorgada mas que depende de aprovação/ ratificação popular. Trata-se de um modelo que tenta conferir uma aparência de legitimidade à constituição elaborada, mas que não se trata de participação democrática, pois não há possibilidade de discussão quanto a seu conteúdo de fato.

(IV) pactuada ou dualista: esse tipo de constituição é fruto de um acordo estabelecido entre duas ou mais forças políticas, como Parlamento + Monarquia ou Monarquia + Clero ou Monarquia + burguesia, entre outros.

Agora, respondendo à questão:



Tendo em vista que a constituição do Estado X foi imposta de forma unilateral por um grupo revolucionário e inexistiu participação popular, esta enquadra-se como constituição “outorgada”.

Gabarito: Certo

Anotação

7) Ano: 2020 Banca: FUNDATEC Órgão: Prefeitura de Cristinápolis - SE Prova: FUNDATEC - 2020 - Prefeitura de Cristinápolis - SE - Fiscal de Tributos

Em relação à eficácia das normas constitucionais, a produção de efeitos também é integral. No entanto, há margem para que norma constitucional ou infraconstitucional os limite. Tal conceito refere-se à eficácia:

- (A) Plena.
- (B) Contida.
- (C) Limitada.
- (D) Complementar
- (E) Ordinária.



Solução rápida: Normas constitucionais de eficácia contida

Caracterizam-se por possuírem aplicabilidade direta, imediata, porém não integral, visto que, são restringidas através de normas infraconstitucionais.

Como exemplo de norma de eficácia contida podemos citar o art. 133 da CF/88: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

Solução completa: Segue as classificações das normas constitucionais**Normas constitucionais de eficácia plena**

As normas de eficácia plena caracterizam-se por serem auto executáveis, ou seja, de aplicabilidade imediata, integral e direta. Sendo assim, não dependem e não são restringidas por atos normativos de legislação infraconstitucional.

Conforme Luciano Dutra: “as normas constitucionais de eficácia plena, desde sua gênese, produzem, ou ao menos possuem a possibilidade de produzir, todos os efeitos visados pelo constituinte (originário ou derivado). São, portanto, autoaplicáveis”

Como exemplos de normas constitucionais de eficácia plena positivadas na Constituição da República Federativa do Brasil, expomos os seguintes artigos: 2º; 14, §2º; 17, §4º; 19; 20; 21; 22; 24; dentre outros.

Normas constitucionais de eficácia contida

Caracterizam-se por possuírem aplicabilidade direta, imediata, porém não integral, visto que, são restringidas através de normas infraconstitucionais.

Segundo Michel Temer, em relação as normas de eficácia contida: “[...]são aquelas que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas que podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional. Por isso mesmo, aliás, preferimos denominá-las de normas constitucionais de eficácia redutível ou restringível”

Como exemplo de norma de eficácia contida podemos citar o art. 133 da CF/88: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.



Normas constitucionais de eficácia limitada

Por seu turno, a norma constitucional de eficácia limitada possui aplicabilidade mediata e indireta, visto que, necessita da interposição do legislador através de uma norma infraconstitucional.

Desta feita, as normas de eficácia limitada não produzem seus efeitos essenciais e é dependente de regulamentação posterior a fim de lhe tornar eficaz.

Luís Roberto Barroso, sobre a norma constitucional de eficácia limitada, dispõe:

“[...]Normas de eficácia limitada são as que não receberam do constituinte normatividade suficiente para sua aplicação, o qual deixou ao legislador ordinário a tarefa de completar a regulamentação das matérias nelas traçadas em princípio ou esquema. Estas normas, contudo, ao contrário do que ocorria com as ditas não autoaplicáveis, não são completamente desprovidas de normatividade. Pelo contrário, são capazes de surtir uma série de efeitos, revogando as normas infraconstitucionais anteriores com elas incompatíveis, constituindo parâmetro para a declaração da inconstitucionalidade por ação e por omissão, e fornecendo conteúdo material para a interpretação das demais normas que compõem o sistema constitucional”.

As normas constitucionais de eficácia limitada, são subdivididas em: de princípio programático e de princípio institutivo.

Gabarito: Letra B

Anotação



BOA PROVA

8) Ano: 2021 Banca: Quadrix Órgão: CRP -MS Prova: Quadrix - 2021 - CRP -MS - Auxiliar Administrativo de Secretaria

Com relação aos conceitos de constituição, julgue o item.

O conceito de Constituição pode congrega diversos sentidos (político, sociológico e jurídico), cada qual com reflexos sobre diferentes áreas do conhecimento.

() Certo () Errado

Solução rápida:

> > **Ferdinand Lassale (sociológico):** A constituição é a soma dos fatores reais de poder.

>> **Carl Schmidt (político):** A constituição é a decisão política fundamental.

>> **Hans Kelsen (jurídico):** Sentido lógico-jurídico: norma hipotética fundamental; Sentido jurídico positivo: norma positiva suprema.

Solução completa:

Sentido Sociológico - Ferdinand Lassale - Somatória dos fatores reais de Poder

Obra: A Essência da Constituição

Constituição é o somatória dos fatores reais de Poder (poderes econômicos, políticos, religiosos, militares etc)

Coexistem no Estado duas espécies de Constituição:

a) Constituição Escrita (também chamada de formal ou jurídica): Mera folha de papel, não sendo apta a conduzir o processo político por não possuir força normativa.

b) Constituição Real (ou material): Resultante do somatório dos fatores reais de poder.



Sentido Político - Carl Schmitt - Decisão Política Fundamental.

Obra: “Teoria da Constituição”

Diferencia Constituição de Leis Constitucionais:

- a) Constituição: É a decisão política fundamental, isto é o conjunto de normas, escritas ou não, relativas à estrutura do estado, à organização do poder e à direitos e garantias fundamentais (sinônimo de Constituição material).
- b) Leis Constitucionais: Sinônimo de constituição formal, ou seja, conjunto de normas escritas, sistematizados e reunidas em um único documento normativo.

Sentido Jurídico: Hans Kelsen - Norma pura

A Constituição é uma norma jurídica pura, puro deve ser, sem qualquer sentido sociológico ou político.

Para Kelsen, a Constituição possui dois sentidos:

- a) Sentido Lógico Jurídico: Constituição é a norma hipotética fundamental que serve de fundamento lógico transcendental de validade da Constituição em sentido jurídico positivo. Assim, essa norma hipotética fundamental não é uma regra posta (criada) por um parlamento, tratando-se de norma (valor/princípio) pressuposta (constituição pressuposta), isto é, advém do reconhecimento pela sociedade de que todos devem obedecer a constituição.
- b) Sentido Jurídico Positivo: Constituição é a norma positiva suprema que serve de base para todo o ordenamento jurídico (constituição posta, formal).

Sentido Normativo ou Sentido Contemporâneo: Konrad Hesse - Força normativa da Constituição

A Constituição irradia força normativa para todo o ordenamento jurídico. Konrad Hesse defende a manutenção da força normativa da Constituição, evitando que questões constitucionais sejam confundidas ou diluídas em questões políticas. Diferente de Ferdinand Lassale, aduz que o papel de uma constituição não é espelhar uma realidade, mas sim, irradiar força normativa, a fim de que a própria realidade se adeque a Constituição.

Sentido Culturalista: J. H. Meirelles Teixeira - Constituição Total



A constituição é fruto da cultura de sua sociedade. Para o sentido culturalista, a constituição deve unir os conceitos trazidos por todas as outras perspectivas (acima mencionadas), de modo que surge a ideia de “Constituição Total”, isto é, seria aquela que une aspectos econômicos, sociológicos, políticos, jurídico normativos, morais e filosóficos, objetivando construir uma unidade para constituição. Trata-se, ainda, de uma Constituição Aberta (apta a acompanhar a evolução da sociedade e adaptar-se as transformações sociais).

Gabarito: Certo

Anotação



9) Ano: 2021 Banca: Quadrix Órgão: CRP -MS Prova: Quadrix - 2021 - CRP -MS - Auxiliar Administrativo de Secretaria

Com relação aos conceitos de constituição, julgue o item.

Em sentido formal, é constitucional tudo aquilo que a Constituição consagra.

() Certo () Errado

Solução rápida:

Constituição em sentido Material: então, é o conjunto de todas as normas que têm conteúdo, substância, tipicamente constitucional, ou seja, as normas que tratam da estrutura do Estado, da forma de governo e dos direitos fundamentais, e nada mais.

Constituição em sentido Formal: é o nome que se dá ao conjunto de normas que, embora não tenham essência de normas constitucionais, são inseridas no corpo do documento chamado formalmente de Constituição, aprovado mediante um processo legislativo constituinte, assim, é constitucional tudo aquilo que a Constituição consagra.

Solução completa: A Constituição pode ser **MATERIAL** ou **FORMAL**.

Algumas normas são típicas de qualquer constituição, ou seja, estão presentes na história constitucional dos países. Estas normas têm um conteúdo tradicionalmente previsto em toda a constituição e versam, geralmente, sobre dois grandes temas: direitos fundamentais ou normas de organização política. Toda norma jurídica que possui este conteúdo típico constitucional integra o conceito de constituição material. Neste sentido bastante amplo, até mesmo normas infraconstitucionais integram a constituição material. Por exemplo, alguns comandos normativos do ECA ou do Estatuto do Idoso fazem parte da constituição material, embora não integrem a constituição formal.

Já a constituição formal de um país se confunde com o próprio texto normativo aprovado no processo constituinte. Ainda que uma norma não seja importante ou não tenha um conteúdo típico constitucional, se tais comandos normativos estão no texto normativo da constituição de um país, serão considerados normas constitucionais formais. Na Constituição Federal de 1988, por exemplo, há previsão legal da vinculação do Colégio Pedro II à



esfera federal de educação e o regramento da navegação de cabotagem.

São normas tipicamente constitucionais? Não. Tratam de conteúdo típico de uma constituição? Não. São normas materialmente constitucionais? Jamais. Mas como estão no texto normativo formal da Constituição Federal de 1988, fazem parte do conceito de constituição formal.

Gabarito: Certo

Anotação

10) Ano: 2021 Banca: Quadrix Órgão: CRT - SP Provas: Quadrix - 2021 - CRT - SP - Técnico Administrativo

Com base na Constituição Federal de 1988, julgue o item.

A Constituição Federal de 1988 foi outorgada pelo presidente da Câmara dos Deputados e pelo presidente do Senado Federal.

() Certo () Errado



BOA PROVA

Solução rápida: A Constituição Federal de 1988 foi **promulgada** pelo Poder Constituinte originário.

As Emendas Constitucionais são promulgadas pelos Presidentes da Câmara e do Senado.

Solução completa: Constituições podem ser Promulgada, Outorgada ou Cesarista.

Promulgada: é a Constituição democrática, ou seja, feita pelos representantes do povo.

Outorgada: é a constituição imposta ao povo pelo governante.

Cesarista: é a feita pelo governante, mas submetida à apreciação do povo mediante referendo.

A questão erra ao dizer que a nossa é outorgada quando, na verdade, foi promulgada.

Promulgada: também chamada de democrática, votada ou popular, é aquela Constituição fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo, para, em nome dele, atuar, nascendo, portanto, da deliberação da representação legítima popular. Os exemplos são a de 1891 (primeira da República), 1934 (inserindo a democracia social, inspirada na Constituição de Weimar), 1946 e, finalmente, a atual, de 1988, alterada por 6 emendas de revisão e 105 emendas, fruto do poder constituinte derivado reformador, podendo, ainda, com a regra do art. 5.º, § 3.º, trazida pela EC n. 45/2004, ter os seus direitos e garantias fundamentais ampliados por tratados e convenções internacionais de direitos humanos, os quais, observadas as formalidades, terão equivalência às emendas constitucionais.

Gabarito: Errado



Anotação

11) Ano: 2020 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: Prefeitura de Betim - MG Prova: INSTITUTO AOCP - 2020 - Prefeitura de Betim - MG - Analista Jurídico

Conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

(B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, por pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros.

(C) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.

(D) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

(E) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.



Solução rápida: Art. 3º. A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

Solução completa: Vamos analisar cada uma das afirmativas:

A) CERTO: Art. 3º. A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

B) ERRADO: Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela **maioria relativa** de seus membros.

C) ERRADO: Art. 60. § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma **sessão legislativa**.

D) ERRADO: Art. 51. Compete privativamente **à Câmara dos Deputados**: II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

E) ERRADO: Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão: II - **desde a posse**: a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

Gabarito: Letra A

Anotação



BOA PROVA

12) Ano: 2020 Banca: IBFC Órgão: TRE-PA Prova: IBFC - 2020 - TRE-PA - Analista Judiciário - Judiciária

A doutrina moderna aponta que a titularidade do poder constituinte pertence ao povo. Sobre este tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder constituinte originário ou de primeiro grau instaura uma nova ordem jurídica, rompendo, por completo, com a ordem jurídica anterior, razão pela qual é considerado inicial, autônomo, ilimitado juridicamente, representando um poder jurídico, segundo a doutrina moderna
- (B) No caso dos Municípios, sua capacidade de auto-organização está delimitada nos termos do artigo 19 da Constituição Federal, razão pela qual a doutrina majoritária entende que o poder constituinte derivado decorrente não se faz na órbita deste ente federado
- (C) A manifestação do poder constituinte reformador, também denominado de “competência reformadora”, verifica-se através das emendas constitucionais, caracterizado pela carência de limitações expressas ou implícitas
- (D) Segundo o artigo 3º do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), a revisão constitucional seria realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria simples dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral. Trata-se do poder constituinte derivado revisor

Solução rápida:

O poder constituinte originário ou de primeiro grau representa um poder de **FATO**, tendo natureza **POLÍTICA**, segundo a doutrina moderna.

Os municípios **não** possuem poder constituinte derivado decorrente.



Solução completa: Vamos analisar cada uma das alternativas.

(A) O poder constituinte originário ou de primeiro grau instaura uma nova ordem jurídica, rompendo, por completo, com a ordem jurídica anterior, razão pela qual é considerado inicial, autônomo, **ilimitado** juridicamente, representando um poder **jurídico**, segundo a doutrina moderna. **INCORRETA**

O certo seria poder de **FATO**.

A característica de ilimitado juridicamente está correta, porém vejamos o que diz Mendes e Branco, 2019:

“O caráter ilimitado, porém, deve ser entendido em termos. Diz respeito à liberdade do poder constituinte originário com relação a imposições da ordem jurídica que existia anteriormente. Mas haverá limitações políticas inerentes ao exercício do poder constituinte”.

(B) **No caso dos Municípios, sua capacidade de auto-organização está delimitada nos termos do artigo 19 da Constituição Federal, razão pela qual a doutrina majoritária entende que o poder constituinte derivado decorrente não se faz na órbita deste ente federado. GABARITO**

O erro da alternativa está em mencionar o art. errado, quando o correto seria o artigo 29. Passível de Anulação.

(C) A manifestação do poder constituinte reformador, também denominado de “competência reformadora”, verifica-se através das emendas constitucionais, caracterizado pela **carência de limitações expressas ou implícitas. INCORRETA**

“Sendo um poder instituído, o poder de reforma está sujeito a limitações de forma e de conteúdo”. (Mendes e Branco, 2019)

(D) Segundo o artigo 3º do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), a revisão constitucional seria realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria **simples** dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral. Trata-se do poder constituinte derivado revisor. **INCORRETA**



Gabarito: Letra B

Anotação

13) Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TJ-PA Prova: CESPE - 2020 - TJ-PA - Oficial de Justiça - Avaliador

A Constituição Federal de 1988 prevê o uso do mandado de injunção como uma garantia constitucional sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Nesse sentido, segundo o STF, o cabimento do mandado de injunção pressupõe a demonstração da existência de omissão legislativa relativa ao gozo de liberdades ou direitos garantidos constitucionalmente pelas normas constitucionais de eficácia

- (A) plena lato sensu.
- (B) contida lato sensu.
- (C) plena stricto sensu.
- (D) contida stricto sensu.
- (E) limitada stricto sensu.



Solução rápida:

Três tipos de eficácia de normas constitucionais:

1. **Plena:** não há dúvida, já é aplicada direto;
2. **Contida:** pode vir a ser contida pelo poder público;
3. **Limitada:** precisa de norma regulamentando - aqui que entra o mandado de injunção.

Solução completa: Para entender a questão primeiro, precisamos saber sobre Aplicabilidade das normas constitucionais

Todas as normas constitucionais surtem efeitos jurídicos: o que varia entre elas é o grau de eficácia.

José Afonso da Silva:

Classifica as normas constitucionais em três grupos:

A) normas de eficácia plena = Autoaplicáveis, não restringíveis, aplicabilidade direta (imediate e integral).

B) normas de eficácia contida = Podem ser restringidas (discricionária), lei poderá estabelecer restrições. São autoaplicáveis, restringíveis (estão sujeitas a limitações ou restrições), aplicabilidade direta (imediate e não integral).

C) normas de eficácia limitada = Dependem de regulamentação (quando trata para regulamentar lei específica e não tem. Ex: direito de greve do servidor público). É não autoaplicáveis, aplicabilidade indireta (mediata e reduzida). Possuem eficácia jurídica. Guarde bem isso: a eficácia dessas normas é limitada, porém existente! Diz-se que as normas de eficácia limitada possuem eficácia mínima.

COMPLEMENTANDO....

Agora podemos explicar sobre o Mandado de Injunção:

- 1- É aplicável contra a omissão tanto total quanto parcial na regulamentação de normas



constitucionais de eficácia limitada;

2- Não cabe Mandado de Injunção se já houver norma regulamentadora do direito constitucional, mesmo que esta seja defeituosa.

Pressupostos para cabimento do Mandado de Injunção:

a) Falta (total ou parcial) de norma;

b) nexo de causalidade entre omissão do poder público e a impossibilidade de exercício;

c) O decurso do prazo, caracterizado o retardamento abusivo por parte do Estado.

Gabarito: Letra E

Anotação



14) Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TCE-RJ Provas: CESPE / CEBRASPE - 2021 - TCE-RJ - Analista de Controle Externo - Especialidade: Ciências Contábeis

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.

A CF autoriza a propositura de emendas constitucionais por iniciativa popular.

() Certo () Errado

Solução rápida: Quem pode propor:

- 1/3, no mínimo, da câmara e senado
- Presidente da república
- Mais da metade das assembleias das unidades da federação, manifestando-se pela maioria RELATIVA de seus membros.

Solução completa: Dispõe o art. 61, § 2º, da Constituição que a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Perceba que a Constituição faz referência a “projeto de lei”, o que abrange as leis ordinárias (LO) e complementares (LC). Não há, na esfera federal, permissão para a iniciativa popular na propositura de emenda à Constituição (PEC).

Por outro lado, no âmbito estadual, o art. 27, § 4º, da Constituição aponta que “a lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual”. Acresça-se que a Constituição Estadual pode prever a propositura de emenda à Constituição por iniciativa popular, conforme já reconheceu o STF na ADI 825/AP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 25/10/2018 (Info 921).

Assim, no âmbito estadual, é possível iniciativa popular na propositura de Emenda à Constituição, desde que haja expressa previsão na Constituição Estadual.

Gabarito: Errado

Anotação



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
DA
REPÚBLICA



15) Ano: 2021 Banca: FURB Órgão: TIMBOPREV - SC Prova: FURB - 2021 - TIMBOPREV - SC - Técnico Previdenciário

Entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, o Estado em seus três poderes:

- (A) Executivo, Legislativo e Observatório.
- (B) Executivo, Judiciário e Partidário.
- (C) Judiciário, Legislativo e Partidário.
- (D) Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (E) Executivo, Partidário e Observatório.

Solução rápida:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Solução completa: A questão exige do candidato o conhecimento acerca do que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe sobre os Poderes da República.

A- **Incorreta** - Não existe Poder Observatório

B- **Incorreta** - Não existe Poder Partidário

C- **Incorreta** - Não existe Poder Partidário

D- **Correta** - Dispõem sobre o tema os arts. 2º e 37 da CRFB/88. Art. 2º: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

Art. 37: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)”.

E- **Incorreta** - Não existe Poder Observatório



Gabarito: Letra D

Anotação

16) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CREFONO-5º Região Prova: Quadrix - 2020 - CREFONO-5º Região - Auxiliar Administrativo

O art. 1.º da Constituição de 1988 estabeleceu a forma de Estado, a forma de governo e o regime de governo, além de enumerar, em seus incisos, os valores que orientam o Estado.

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, julgue o item.

O pluralismo político é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Ele garante a inclusão, nos processos de formação da vontade geral, das diversas correntes de pensamento.

() Certo () Errado



BOA PROVA

Solução rápida: Para essa questão vale um Mnemônico muito legal: **SOCIDIVAPLU**

Fundamento da República Federativa do Brasil:

SOberania

Cidadania

Dignidade da pessoa humana

Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

Pluralismo político.

Solução completa: Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Pluralismo político: a partir dessa ideia, enaltece-se uma sociedade plural, em que se consagra o respeito à pessoa humana e sua liberdade.

É costumeiro confundir-se o fundamento da república Pluralismo Político com a ideia de “vários partidos políticos”, contudo a esta matéria atribui-se a denominação pluripartidarismo ou multipartidarismo, que é uma das consequências do pluralismo político.

Pluralismo político é a possível e garantida existência de várias opiniões e idéias com o respeito por cada uma delas, de modo que, como base no Estado democrático de direito, aponta o reconhecimento de que a sociedade é formada por vários grupos, portanto composta pela multiplicidade de vários centros de poder em diferentes setores. Desta maneira,



busca-se, assim, assegurar a liberdade de expressão, manifestação e opinião, garantindo-se a participação do povo na formação da democracia do país.

Gabarito: Certo

Anotação

17) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CREFONO-5º Região Prova: Quadrix - 2020 - CREFONO-5º Região - Auxiliar Administrativo

O art. 1.º da Constituição de 1988 estabeleceu a forma de Estado, a forma de governo e o regime de governo, além de enumerar, em seus incisos, os valores que orientam o Estado.

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, julgue o item.

O Brasil adotou a república como forma de Estado, a federação como forma de governo e a democracia como forma de regime.

() Certo () Errado



Solução rápida: O Brasil adota:

Forma de estado: **Federativa**

Forma de governo: **Republicano**

Sistema de governo: **Presidencialista**

Regime: **Democrático**

Solução completa: Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos.

- Forma de governo: República ou Monarquia;
- Sistema de governo: presidencialismo ou parlamentarismo;
- Forma de Estado unitário ou Federação. Entre um e outro, parte da doutrina (v.g., Juan Ferrando Badía) identifica outras formas de Estado, quais sejam, o Estado regional (Itália) e o autônomo (Espanha).
- Regime de Governo: democrático ou autocrático

O Brasil adotou a república como forma de **GOVERNO**, a federação como forma de **FORMA DE ESTADO** e a democracia como forma de regime (**REGIME DE GOVERNO**).

Só lembrar o Mnemônico que vai estar na próxima página!

Estado FEDE- Forma de estado: **Federativa**

A república é FOGO- Forma de governo: **Republicano**

O presidente é SISTEMÁTICO-Sistema de governo: **Presidencialista**

O regime é **DEMOCRÁTICO**

Gabarito: Errado



Anotação

MNEMÔNICO

ESTADO
FEDE



O REGIME
É

DEMOCRÁTICO

A REPÚBLICA
É FOGO



PRESIDENTE
É

SISTEMÁTICO



BOA PROVA

18) Ano: 2020 Banca: IBFC Órgão: Prefeitura de Vinhedo - SP Prova: IBFC - 2020 - Prefeitura de Vinhedo - SP - Guarda Municipal

Assinale a alternativa que apresenta um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988:

- (A) Valorizar o trabalho e a livre iniciativa
- (B) Defender o pluralismo político
- (C) Garantir o desenvolvimento nacional
- (D) Permitir o exercício da cidadania

Solução rápida: Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil – Art. 3º da CF/88

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Solução completa:

FUNDAMENTOS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;



II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

SEPARAÇÃO DOS PODERES

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

OBJETIVOS- NORMA DE PRINCÍPIO PROGRAMÁTICO

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

PRINCÍPIOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:



I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Gabarito: Letra C

Anotação



BOA PROVA

19) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRMV-AM Prova: Quadrix - 2020 - CRMV-AM - Fiscal

O Título I da Constituição Federal de 1988 é dedicado aos princípios fundamentais do Estado brasileiro e, no art. 1.º, são estabelecidas suas características essenciais. Acerca dessas características, julgue o item.

No Brasil, vigora apenas a democracia direta, em que não é admissível a conjugação do princípio representativo com os institutos da democracia direta.

() Certo () Errado



Solução rápida: Artigo 1º, Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, **que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente**, nos termos desta Constituição.

Solução completa: Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Diretamente: Plebiscito, referendo, iniciativa popular.

“Portanto, por ser uma democracia semidireta ou participativa, a Constituição assegura que, em regra, as decisões estatais serão proferidas por representantes escolhidos pelo povo e, em alguns casos previstos na própria Constituição, o povo tomará diretamente suas decisões. Podemos exemplificar como hipóteses de atuação direta do povo: a) plebiscitos



e referendos (art. 49, XV, CF); b) ação popular (art. 5º, LXXIII, CF); c) iniciativa popular (art. 61, § 2º, CF) etc.”

Gabarito: Errado

Anotação

20) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CREFONO - 1ª Região Prova: Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal

Quanto aos princípios regentes das relações internacionais da República Federativa do Brasil, julgue o item.

A integração entre os países da América do Sul é valorizada com precedência em relação à integração com os demais países.

() Certo () Errado



Solução rápida: A Constituição apenas indica, de forma programática, a busca pela integração dos povos da América Latina – não América do Sul –, sem veicular a precedência referida no enunciado.

► Constituição Federal Artigo 4º. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Solução completa: A constituição fala em integração com a América Latina e não do Sul. É sempre bom ler letra de Lei para essas bancas menores, por isso segue o artigo.

“Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”



Para você decorar:

A América Latina faz uma integração da **P.E.S.C.A**

Política

Econômica

Social

Cultural

Gabarito: Errado



Anotação



BOA PROVA

21) Ano: 2020 Banca: IPEFAE Órgão: Prefeitura de Campos do Jordão - SP Prova: IPEFAE - 2020 - Prefeitura de Campos do Jordão - SP - Guarda Municipal

Considerando os princípios estabelecidos na Carta Magna brasileira, exclui-se dos princípios que regem as relações internacionais:

- (A) Soberania nacional e combate ao tráfico internacional de drogas.
- (B) Independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (C) Autodeterminação dos povos e defesa da paz.
- (D) Solução pacífica dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Solução rápida:

Art. 4º da constituição federal. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.



Solução completa: Nesta questão espera-se que o aluno assinale a opção que **NÃO** represente princípios que regem as Relações Internacionais. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

Mnemônico: **Ainda não comprei Recos**

I - **I**ndependência nacional;

II - **P**revalência dos direitos humanos;

III - **A**utodeterminação dos povos;

IV - **N**ão-intervenção;

V - **I**gualdade entre os Estados;

VI - **D**efesa da paz;

VII - **S**olução pacífica dos conflitos;

VIII - **R**epúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - **C**ooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - **C**oncessão de asilo político.

Apenas a fim de complementação:

Art. 1º, CF. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;



IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Mnemônico: **SoCiDiVaPlu**

So – soberania.

Ci – cidadania.

Di – dignidade da pessoa humana.

Va – valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Plu – pluralismo político.

Art. 3º, CF. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

Mnemônico: **Com Garra Erra Pouco**

I - **con**struir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - **gar**antir o desenvolvimento nacional;

III - **err**adicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. **Pouco**.

Dito isso, vejamos as alternativas:

A. CERTO. Soberania nacional e combate ao tráfico internacional de drogas.

B. ERRADO. Independência nacional e prevalência dos direitos humanos.

Conforme art. 4º, I e II, CF.

C. ERRADO. Autodeterminação dos povos e defesa da paz.



Conforme art. 4º, III e VI, CF.

D. ERRADO. Solução pacífica dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Conforme art. 4º, VII e VIII, CF.

Gabarito: Letra A

Anotação

22) Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Ministério da Economia Prova: CESPE / CEBRASPE - 2020 - Ministério da Economia - Técnico de Complexidade Intelectual - Direito

No que diz respeito aos princípios, direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Os objetivos fundamentais são limitados pelo sistema de freios e contrapesos e traduzem fins a serem perseguidos pelo Estado brasileiro, como, por exemplo, garantir o desenvolvimento nacional.

() Certo () Errado



Solução rápida: O sistema de freios e contrapesos está relacionado aos Poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), de modo que um Poder regula e controla o outro.

Solução completa: O “sistema de freios e contrapesos” (checks and balances) está intrinsecamente sondado no art. 2º, da CF/88, que positiva “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

Nesse sistema, a repartição equilibrada dos poderes entre os diferentes órgãos é feita de modo que nenhum deles possa ultrapassar os limites estabelecidos pela constituição sem ser contido pelos demais.

Já os objetivos fundamentais, dispostos no art. 3º, por visar a promoção e concretização dos fundamentos da República Federativa do Brasil, consistem em algo a ser perseguido na maior medida possível.

Fonte: Curso de Direito Constitucional. NOVELINO, Marcelo; p. 248

Erro da questão são limitados pelo sistema de freios e contrapesos e os objetivos fundamentais traduzem fins a serem perseguidos pelo Estado brasileiro, como, por exemplo, garantir o desenvolvimento nacional.

Gabarito: Errado

Anotação



BOA PROVA

23) Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: CODEVASF Provas: CESPE / CEBRASPE - 2021 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Administração

Embora se reconheça que o Brasil é um Estado democrático de direito, tal afirmação é uma construção doutrinária que não tem previsão constitucional expressa.

() Certo () Errado



Solução rápida: Constituição Federal de 1988

Art. 1º

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos.

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O parágrafo primeiro da CF é expresso ao definir que a RFB é um Estado democrático.

Por sua vez, o parágrafo único do art. 1º traduz o que se entende pelo princípio democrático.



Solução completa: Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos (....)

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Aprofundando caso a banca pergunte...

Estado Democrático de Direito : as leis são criadas pelo povo e para o povo.

Estado de Direito: o Estado de Direito é pautado por leis criadas e cumpridas pelo próprio Estado.

Se o seu examinador quiser “ se aprofundar ainda mais”

O Estado de Direito caracteriza-se por apresentar as seguintes premissas:

- (1) primazia da lei,
- (2) sistema hierárquico de normas que preserva a segurança jurídica e que se concretiza na diferente natureza das distintas normas e em seu correspondente âmbito de validade;
- (3) observância obrigatória da legalidade pela administração pública;
- (4) separação de poderes como garantia da liberdade ou controle de possíveis abusos;



(5) reconhecimento da personalidade jurídica do Estado, que mantém relações jurídicas com os cidadãos;

(6) reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais incorporados à ordem constitucional;

(7) em alguns casos, a existência de controle de constitucionalidade das leis como garantia ante o despotismo do Legislativo.

Gabarito: Errado

Anotação

24) Acerca de Constituição, poder constituinte e princípios fundamentais, julgue o item seguinte.

Democracia e soberania popular são princípios que preservam o sistema jurídico contra atos autoritários.

() Certo

() Errado



Solução rápida: A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante ajuda da **PRI** (Mnemônico)

Plebiscito;

Referendo;

Iniciativa popular.

Solução completa: ASSERTIVA: Democracia e soberania popular são princípios que preservam o sistema jurídico contra atos autoritários. [CERTA]

PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA - A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito. A previsão desse regime jurídico é reforçada pelo **PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO** que marca o texto da CF/88 e pela cláusula contida no parágrafo único do art. 1º da CF, ao dispor que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos dessa Constituição. Trata-se da democracia semidireta ou participativa. (Pedro Lenza)

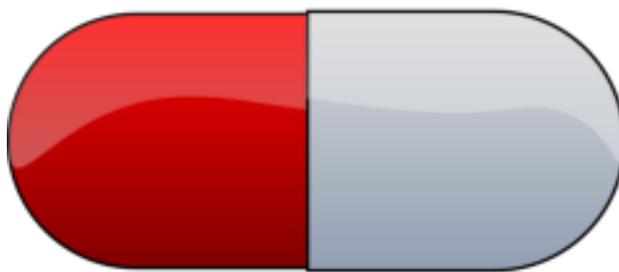
PRINCÍPIO DA SOBERANIA POPULAR - Diante do exposto acima, pode-se falar, então, em participação popular no poder por intermédio de um processo, no caso, o exercício da **SOBERANIA** que se instrumentaliza por meio do plebiscito, referendo, iniciativa popular, bem como outras formas, como a ação popular. (Pedro Lenza)

Logo, conclui-se que atos autoritários podem ser evitados através das escolhas de representantes feitas pelo povo (**DEMOCRACIA**) ou, ainda, quando o povo - uma vez já escolhidos os representantes - se utiliza de instrumentos de democracia direta (**SOBERANIA POPULAR**) contra atos autoritários cometidos pelos representantes já eleitos.

Uma observação e um exemplo. **SISTEMA JURÍDICO** também pode ser chamado de **ORDENAMENTO JURÍDICO** ou **ORDEM JURÍDICA** e é hierarquia entre as normas de um Estado, sendo a Constituição a norma hierarquicamente superior. Portanto, a democracia e a soberania popular ajudam a preservar a hierarquia da CF e a coerência e harmonia das demais leis com ela. O Ato Institucional nº 5, por exemplo, na época da ditadura militar, foi um decreto do Presidente da República que, dentre outras coisas, previu a tortura como sendo um instrumento do Estado para alcançar os seus fins. Isso ocorreu pois a democracia e a soberania popular - do governo democrático de João Goulart - haviam sido abolidas anteriormente através do Golpe de Estado de 1964.



DIREITOS INDIVIDUAIS
E
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS



25) Ano: 2020 Banca: SELECON Órgão: Prefeitura de Boa Vista - RR Prova: SELECON - 2020 - Prefeitura de Boa Vista - RR - Guarda Civil Municipal

Fábio é professor e, nas horas vagas, grava documentários em que estabelece opiniões pessoais sobre uma variada gama de assuntos e pessoas, sendo seus projetos divulgados pela rede de internet. Geremias, ao tomar conhecimento de determinado documentário, se julga ofendido e postula a exclusão total do vídeo que está prestes a ser divulgado em cadeia de televisão aberta. Nesse caso, a rede de televisão pode divulgar o vídeo com base no direito fundamental de:

- (A) reserva do possível
- (B) liberdade de pensamento
- (C) locomoção individual
- (D) solidariedade humana

Solução rápida:

Constituição Federal de 1988 artigo 5º

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença

Solução completa: A Lei Maior em seu inciso IV, artigo 5º, veda o anonimato, assegurando assim a liberdade de manifestação de pensamento. Caso esta manifestação de pensamento cause danos a outrem, seja material, moral ou à imagem, caberá direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização correspondente ao dano causado, inciso V, artigo 5º. (LENZA, 2010).

A liberdade de pensamento é consagrada na Constituição Federal no artigo 5º, IV, ao dispor “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”, no inciso XIV do mesmo artigo, ao prever “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”

Sobre o tema:

1) A liberdade de expressão engloba:

convicção, comentário, avaliação ou julgamento sobre qualquer assunto ou sobre qualquer pessoa, envolvendo tema de interesse público, ou não, de importância e de valor, ou não.

2) A liberdade de expressão encontra limites previstos diretamente pelo constituinte, como também descobertos pela colisão desse direito com outros de mesmo status.

3) Se um indivíduo se defronta com iminente publicação de notícia que viola indevidamente a sua privacidade ou a honra, há de se lhe reconhecer o direito de exigir, pela via judiciária, que a matéria não seja divulgada. Não há por que cobrar que aguarde a consumação do prejuízo ao seu direito fundamental, para, somente então, vir a buscar uma compensação econômica

4) Uma das limitações à liberdade de comunicação social é o respeito devido ao direito à privacidade, à imagem e à intimidade dos indivíduos (G. Mendes)

Gabarito: Letra B

Anotação



26) Ano: 2020 Banca: SELECON Órgão: Prefeitura de Boa Vista - RR Prova: SELECON - 2020 - Prefeitura de Boa Vista - RR - Guarda Civil Municipal

Patrick requer a designação de data especial para realizar exame aplicado universalmente para milhões de pessoas por motivos religiosos, alegando liberdade de crença protegida constitucionalmente. Seu requerimento é indeferido, pois predominou a interpretação de que, caso acolhido o pleito, seria violado o princípio constitucional da:

- (A) coletivização
- (B) individualização
- (C) isonomia
- (D) dignidade



Solução rápida: A constituição federal estabelece que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”.

Com base nesse dispositivo constitucional, um grupo de alunos judeus ingressou com uma ação no STF pleiteando o direito de fazerem a prova do ENEM em dia diverso do sábado, em razão do Shabat sagrado (STF, STA n. 389).

Ao apreciar o caso, o Supremo ponderou o princípio da liberdade de crença com o da isonomia, dando prevalência a este em detrimento daquele. De fato, afirmou-se que “a designação de data alternativa para a realização dos exames não se revela em sintonia com o princípio da isonomia, convolvendo-se em privilégio para um determinado grupo religioso“. [STA 389 AgR, rel. min. Gilmar Mendes, j. 3-12-2009, P, DJE de 14-5-2010.]



Solução completa: O princípio da igualdade/ Isonomia determina que seja dado tratamento igual aos que se encontram em situação equivalente e que sejam tratados de maneira desigual os desiguais, na medida de suas desigualdades. Ele obriga tanto o legislador quanto o aplicador da lei (igualdade na lei e igualdade perante a lei).

Percebe-se, pois, que atualmente o perfeito entendimento do princípio da isonomia contempla o reconhecimento de suas variadas perspectivas:

Formal- por alguns intitulada “igualdade perante a lei”, refere-se à interpretação e aplicação igualitária de um diploma normativo já confeccionado;

Material (igualdade na lei) - na qual o respeito à igualdade se dá em esfera abstrata e genérica, na fase de criação do direito, alcançando os Poderes Públicos (inclusive o legislador, claro) quando elaboram um ato normativo;

É importante para a prova:

Ações afirmativas> As ações afirmativas se caracterizam como práticas ou políticas estatais de tratamento diferenciado a certos grupos historicamente vulneráveis, periféricos ou hipossuficientes, buscando redimensionar e redistribuir bens e oportunidades a fim de corrigir distorções.

Gabarito: Letra C

Anotação



BOA PROVA

27) Ano: 2020 Banca: SELECON Órgão: Prefeitura de Boa Vista - RR Prova: SELECON - 2020 - Prefeitura de Boa Vista - RR - Guarda Civil Municipal

Lucas atua no sindicato X e busca coordenar outras entidades com o objetivo de criar uma Confederação de âmbito nacional. Consoante interpretação do Supremo Tribunal Federal, a criação desses organismos deflui do princípio constitucional de:

- (A) solidariedade humana
- (B) liberdade de associação
- (C) coletivização de direitos
- (D) dignificação humana



Solução rápida: Artigo 5º da CF: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar

Solução completa: A questão se refere a criação de um organismo (a criação desses organismos deflui do princípio constitucional de Liberdade de Associação.

Então, o inciso mais correto para essa questão seria o Artigo 5o da CF: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVIII - A criação de associação e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Pois o mesmo inciso se refere também a Teoria da Liberdade de Associação.

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar



Gabarito: Letra B

Anotação

28) Ano: 2020 Banca: SELECON Órgão: Prefeitura de Boa Vista - RR Prova: SELECON - 2020 - Prefeitura de Boa Vista - RR - Guarda Civil Municipal

Sebastian Coe foi informado de que órgãos de inteligência governamentais possuem arquivos com registros de suas atividades cívicas. Curioso quanto ao seu conteúdo, requer o imediato acesso aos registros. A autoridade competente indefere, aduzindo ser segredo de Estado. Nos termos da Constituição, o instrumento de controle judicial passível de utilização seria o:

- (A) Mandado de Segurança
- (B) Habeas Corpus
- (C) Mandado de Injunção
- (D) Habeas Data



Solução rápida: Constituição Federal. Art. 5. LXXII - conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Solução completa: Habeas Data:

O habeas data é remédio constitucional de natureza civil e rito sumário, possuindo duas finalidades principais:

- a) garantir acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

O habeas data poderá ser ajuizado por qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou estrangeira. Trata-se de ação personalíssima, que não poderá ser usada para garantir acesso a informações de terceiros.

A jurisprudência do STF e do STJ reconhece que há uma situação excepcional em que se admite a impetração de habeas data para obter informações de terceiros. Segundo o STF, “é parte legítima para impetrar habeas data o cônjuge sobrevivente na defesa de interesse do falecido”. No mesmo sentido, entende o STJ que o cônjuge supérstite (sobrevivente) tem legitimidade para impetrar habeas data em defesa do interesse do falecido.

No polo passivo do “habeas data”, podem estar pessoas de direito público ou privado. Quanto às últimas, a condição é que sejam detentoras de banco de dados de caráter público. Isso se deve ao fato de que as informações pessoais do impetrante às quais se busca ter acesso constam de registro ou banco de dados de caráter público. O “habeas data” não pode ser usado para que se tenha acesso a banco de dados de caráter privado.

O “habeas data” é, assim como o “habeas corpus”, ação gratuita. No entanto, é imprescindível a assistência advocatícia para que essa ação seja impetrada (ao contrário do “habeas corpus”, que dispensa advogado). A impetração de habeas data não se sujeita a decadência ou prescrição. Ademais, os processos de “habeas data” terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto habeas-corpus e mandado de segurança.



COMPLEMENTANDO:

Remédios constitucionais:

Habeas corpus : é uma medida que tem por objetivo salvaguardar o direito de ir e vir. É concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Habeas data : é uma ação que visa garantir o acesso de uma pessoa a informações sobre ela que façam parte de arquivos ou bancos de dados de entidades governamentais ou públicas. Também pode pedir a correção de dados incorretos.

Mandado de segurança : é um instrumento que serve para garantir direito líquido e certo, individual ou coletivo, que esteja sendo violado ou ameaçado por ato de uma autoridade, em ato ilegal ou inconstitucional.

Ação popular : permite ao cidadão recorrer à Justiça na defesa da coletividade para prevenir ou reformar atos lesivos cometidos por agentes públicos ou a eles equiparados por lei ou delegação.

Mandado de injunção : busca a regulamentação de uma norma da Constituição, quando os poderes competentes não o fizeram. O pedido é feito para garantir o direito de alguém prejudicado pela omissão do poder público.

Gabarito: Letra D

Anotação



29) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRMV-AM Prova: Quadrix - 2020 - CRMV-AM - Assistente Administrativo

A Constituição Federal de 1988 estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue o item.

Apesar da manifestação do pensamento ser livre, existe previsão constitucional de vedação ao anonimato. Isso permite que não ocorram abusos no exercício da liberdade de pensamento e manifestação.

() Certo () Errado

Solução rápida: Artigo 5º da constituição federal: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Solução completa: O artigo 5º, em seu inciso IV, afirma que: É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Cabe ressaltar que a definição de manifestação do pensamento é a de “expressão verbal, corporal e simbólica do indivíduo”. Se você mantiver o conteúdo em sua cabeça, mas não difundi-lo, não poderá ser julgado por isso.

Além disso, o inciso IV deixa clara a necessidade da identificação daquele que se manifesta, proibindo o anonimato. Revelar a identidade é obrigatório para que indivíduos sejam responsabilizados por seus atos caso ajam em desacordo com a lei.

Uma forma de deturpar a liberdade de manifestação do pensamento é através da , mas você sabe o que ela significa? Conheça a origem do termo e como ela se espalhou pelo



mundo.

Agora, você deve ter percebido que, por todo o texto, citamos o termo “liberdade de pensamento” entre aspas. Isso não foi por acaso. Apesar de ser comum que as pessoas o utilizem quando falam sobre direitos, há muita diferença entre a liberdade de manifestação do pensamento e a liberdade de pensamento.

O inciso IV, ao enunciar a livre manifestação do pensamento, defende não só o seu direito de pensar, mas principalmente a sua liberdade de expressá-lo. O não pode entrar em sua mente e julgá-lo, portanto, ele atua e tutela sobre a materialização do que se passa por lá, que é a transmissão do pensamento para o meio verbal, físico ou simbólico.

Dessa forma, a proibição do anonimato só faz sentido se estiver ligada à liberdade manifestação do pensamento, pois ele pode, por exemplo, encobrir violações da honra e da imagem de terceiros, algo protegido pelo inciso X da .

Para melhor compreensão, basta pensar que a liberdade de pensamento faz parte do conceito de liberdade de manifestação do pensamento, mas só quando o conteúdo ainda está só na sua cabeça. Ao externalizar o que tem dentro de você para o mundo, se caracteriza a totalidade da manifestação do pensamento. Então, se quiser um sinônimo para liberdade de pensamento, o mais coerente seria usar “liberdade de consciência”.

Gabarito: Certo

Anotação



BOA PROVA

30) Ano: 2020 Banca: UFPR Órgão: Câmara de Curitiba - PR Prova: UFPR - 2020 - Câmara de Curitiba - PR - Técnico Administrativo

Após ser vitorioso o processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, a Constituição da República firmou a presença de um Estado Social de Direito que repudia o modelo ditatorial, as discriminações sociais e a violência estatal. Diante do exposto, é correto afirmar que, segundo o regime constitucional vigente:

- (A) constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a prática de tortura, exceto quando realizada por agentes policiais na defesa da ordem pública.
- (B) além do ressarcimento, as demais penas podem passar da pessoa do condenado, nos casos previstos em lei.
- (C) a lei penal poderá retroagir ainda que para prejudicar o réu, desde que exista determinação judicial nesse sentido.
- (D) serão possíveis os juízos de exceção, desde que suas decisões sejam confirmadas pelos tribunais superiores.
- (E) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de milícias armadas que se voltem contra o Estado democrático.

Solução rápida: A Constituição Federal de 1988 considera dois crimes como imprescritíveis, quais sejam:

a) Racismo : é a Lei nº 7.716/89 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Art. 5º, XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

b) Ação de grupos armados, civis ou militar, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático:

Art. 5º, XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

Vale observar que a Constituição Federal não prevê como imprescritíveis a tortura, o



tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.

Art. 5º, XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Solução completa: Vamos analisar cada item da questão:

a) ERRADO: XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da **tortura**, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

b) ERRADO: XLV - **nenhuma pena passará da pessoa do condenado**, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

c) ERRADO: XL - a lei penal não retroagirá, **salvo para beneficiar o réu**;

d) ERRADO: XXXVII - **não haverá júízo ou tribunal de exceção**;

e) CERTO: XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

Gabarito: Letra E

Anotação



BOA PROVA

31) Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TJ-PA Prova: CESPE - 2020 - TJ-PA - Analista Judiciário - Direito

A Constituição Federal de 1988 prevê o uso do mandado de injunção como uma garantia constitucional sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Nesse sentido, segundo o STF, o cabimento do mandado de injunção pressupõe a demonstração da existência de omissão legislativa relativa ao gozo de liberdades ou direitos garantidos constitucionalmente pelas normas constitucionais de eficácia

- (A) plena lato sensu
- (B) contida lato sensu.
- (C) plena stricto sensu.
- (D) contida stricto sensu.
- (E) limitada stricto sensu.



Solução rápida:

MANDADO DE INJUNÇÃO:

Serve para corrigir a chamada ‘ SÍNDROME DE INEFETIVIDADE DA NORMA CONSTITUCIONAL’ , ou seja, todas as vezes que tiver uma norma de eficácia limitada não regulamentada (necessita de outra para produzir feitos).

EFEITO DO MANDADO;

Em regra é inter partes, a exceção é erga omnes

Solução completa: Em questões como essa usamos à classificação de José Afonso da Silva

Norma de eficácia plena: são aquelas capazes de produzir todos os seus efeitos essenciais simplesmente com a entrada em vigor da Constituição, independentemente de qualquer regulamentação por lei.

Norma de eficácia contida: são aquelas que também estão aptas para a produção de seus plenos efeitos desde promulgação da Constituição, mas que pode vir a ser restringidas.

Normas de eficácia limitada: são aquelas que só produzem seus plenos efeitos depois da exigida regulamentação. Elas asseguram determinado direito, mas este não poderá ser exercido enquanto não foi regulamentado pelo legislador ordinário. Nessa parte, José Afonso da Silva dividiu essa norma em dois grupos:

1) **Normas de eficácia limitada definidora de princípios institutivos** (organizativos ou orgânicos): são aquelas pelas quais o legislador constituinte traça esquemas gerais de estruturação e atribuições de órgãos ou entidades para que o legislador ordinário os estruture.

2) **Normas de eficácia limitada definidoras de princípios programáticos:** são aquelas pelos quais o constituinte, em vez de regular, direta e imediatamente, determinados interesses, limitou-se a lhes traçar os princípios para serem cumpridos pelos seus órgãos (legislativos, executivos, jurisdicionais e administrativos), como programas das respectivas atividades, visando à realização dos fins sociais do Estado.

Fonte: Manual de Direito Constitucional de Nathalia Masson.

Gabarito: Letra E

Anotação



BOA PROVA

32) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CREFONO-5º Região Provas: Quadrix - 2020 - CREFONO-5º Região - Assistente Administrativo

O artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. De acordo com o que prevê o texto constitucional pátrio sobre direitos e garantias fundamentais, julgue o item.

O exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é livre, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

() Certo () Errado



Solução rápida: Constituição federal de 1988.

Artigo 5º XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Solução completa: A liberdade de profissão na Constituição é garantida nos seguintes termos, conforme art. 5º, XIII: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer“. Esse dispositivo constitui norma constitucional de , uma vez que lei infraconstitucional pode limitar o seu alcance, com a fixação de condições e requisitos para o pleno exercício de determinadas profissões.

A liberdade de profissão de advogado, por exemplo, embora livre, para ser exercida pelo bacharel em direito, é necessária aprovação no dos Advogados do Brasil, bem como a inscrição como advogado junto a este órgão.

Esses critérios foram estabelecidos pela , que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (art. 8º, IV). O dispositivo da lei já foi julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, em relação à liberdade de profissão para o exercício do jornalismo, a Corte julgou inconstitucional a exigência do diploma de graduação superior.



O STF também entendeu não ser exigível a inscrição em conselho de fiscalização como condição para o exercício da profissão de músico. Conforme entendimento dos Ministros, a regra é a liberdade de profissão, somente sendo necessário o estabelecimento de requisitos quando a atividade profissional apresentar algum potencial lesivo.

Gabarito: Certo

Anotação

33) Ano: 2020 Banca: FCC Órgão: AL-AP Prova: FCC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Técnico Legislativo

Ao disciplinar a liberdade religiosa como direito fundamental e aspectos correlatos, a Constituição Federal

(A) autoriza União, Estados, Distrito Federal e Municípios a agirem, na forma da lei, em colaboração de interesse público com cultos religiosos ou igrejas

(B) proíbe a instituição de impostos sobre patrimônio, renda e serviços de templos de qualquer culto, ainda que não relacionados com suas finalidades essenciais.

(C) assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades de internação coletiva, sujeita aos termos da lei, que poderá, no entanto, vedá-la nas entidades militares, quando necessário aos imperativos da segurança nacional.

(D) veda que se estabeleçam formas de proteção aos locais de culto e suas liturgias, sob



pena de ofensa à laicidade do Estado brasileiro.

(E) impede que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa, exceto se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que terá direitos políticos suspensos.

Solução rápida: CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Artigo 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, **ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;**

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Solução completa: Vejamos cada alternativa:

A) Autoriza União, Estados, Distrito Federal e Municípios a agirem, na forma da lei, em colaboração de interesse público com cultos religiosos ou igrejas. - Correta.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

B) Proíbe a instituição de impostos sobre patrimônio, renda e serviços de templos de qualquer culto, **ainda que não relacionados com suas finalidades essenciais.**

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:



B) templos de qualquer culto;

§4º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c”, **compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços**, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

C) Assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades de internação coletiva, sujeita aos termos da lei, que poderá, no entanto, **vedá-la nas entidades militares**, quando necessário aos imperativos da segurança nacional.

Art. 5º. VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa **nas entidades civis e militares de internação coletiva**;

D) **Veda** que se estabeleçam formas de proteção aos locais de culto e suas liturgias, sob pena de ofensa à laicidade do Estado brasileiro.

Art. 5º. VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, **a proteção aos locais de culto e a suas liturgias**;

E) Impede que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa, **exceto se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que terá direitos políticos suspensos**.

Art. 5º. VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e **recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei**;

Gabarito: Letra A



Anotação



BOA PROVA

DIREITOS SOCIAIS



34) Ano: 2020 Banca: FUNDEP (Gestão de Concursos) Órgão: Prefeitura de Catas Altas - MG Prova: FUNDEP (Gestão de Concursos) - 2020 - Prefeitura de Catas Altas - MG - Auxiliar de Consultório Dentário

A respeito dos direitos sociais previstos em capítulo próprio da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) O pagamento de salário-família em razão do dependente é aplicável a todo trabalhador que comprove a existência de, pelo menos, um filho em idade escolar.

(B) É recomendável que a remuneração do trabalho noturno não seja inferior ao trabalho diurno desenvolvido, sendo, no entanto, facultada ao empregador a decisão sobre a remuneração superior daquele.

(C) Além de outros direitos que visem a melhoria de sua condição social, ao trabalhador é garantido o direito ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, metade a mais do que o salário normal.

(D) direito do trabalhador urbano e rural a duração do trabalho não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo com convenção coletiva de trabalho.

Solução rápida: Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

Solução completa: A questão exige conhecimento acerca dos direitos sociais.

Vejam as alternativas comentadas:

A) **ERRADO**. O salário-família é pago ao trabalhador **DE BAIXA RENDA**. (Art. 7º, XII, CF)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:



[...] XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; [...]

B) **ERRADO**. Há **PREVISÃO CONSTITUCIONAL** de que o trabalho **NOTURNO** tem remuneração **MAIOR** do que o trabalho diurno. (Art. 7º, IX, CF)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...] IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

C) **ERRADO**. A remuneração das férias anuais são **UM TERÇO** a mais do que o salário normal. (Art. 7º, XVII, CF).

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...] XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

D) **CORRETO**. O trabalho **NÃO** pode ser **SUPERIOR** a 8h/dia NEM 44h/semana. (Art. 7º, XIII, CF).

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...] XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

Gabarito: Letra D



Anotação

35) Ano: 2020 Banca: FUNDEP (Gestão de Concursos) Órgão: Prefeitura de Catas Altas - MG Prova: FUNDEP (Gestão de Concursos) - 2020 - Prefeitura de Catas Altas - MG - Auxiliar de Consultório Dentário

Quanto às disposições atinentes à associação profissional ou sindical previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, sendo certo que os interesses individuais da categoria deverão ser pleiteados pelos empregados, separadamente.

(B) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

(C) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a um sindicato, razão pela qual não é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

(D) A candidatura a cargo de direção ou representação sindical não é motivo de dispensa do empregado sindicalizado, sendo a estabilidade garantida apenas no caso de sua eleição, pelo prazo de dois anos após o final do mandato.



Solução rápida: Artigo 8º da constituição Federal- É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

Solução completa:

A) ERRADO: III - **ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria**, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

B) CERTO: I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

C) ERRADO: VI - é **obrigatória** a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

D) ERRADO: VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, **até um ano após o final do mandato**, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Gabarito: Letra B

Anotação



BOA PROVA

36) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRMV-AM Prova: Quadrix - 2020 - CRMV-AM - Fiscal

Os direitos sociais constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, e têm por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Direito Constitucional descomplicado. 16.^a ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017 (com adaptações).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o item a respeito dos direitos sociais.

O piso salarial do trabalhador será proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Contudo, a redução do salário é inadmissível, mesmo se houver previsão disposta em convenção ou acordo coletivo.

() Certo () Errado

Solução rápida: DOS DIREITOS SOCIAIS

Artigo 7º da constituição federal: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

Solução completa: A irredutibilidade do salário guarda estreita relação com o princípio da vedação ao retrocesso. Assim, em regra, o salário não poderá ser reduzido. A redução salarial é hipótese excepcional, que somente ocorrerá mediante negociação coletiva de trabalho (convenção coletiva ou acordo coletivo)

Não vá para sua prova que cobre direitos sociais sem isso.

Décimo terceiro -----> salário com base na remuneração integral

Trabalho noturno -----> superior ao diurno

Repouso semanal -----> preferencialmente aos domingos(banca adora trocar por obrigatoriamente)

Remuneração extraordinária (horas extras)-----> 50% à do normal

Gozo de férias -----> pelo menos 1/3 a mais

- O prazo quinquenal refere-se aos direitos que podem ser cobrados, durante a vigência do contrato;

- O prazo bienal é contado a partir do término do pacto laboral.

O artigo 7^a da Constituição Federal aplica-se :

- Trabalhadores urbanos e rurais; [TODOS]

- Avulsos;[TODOS]

- Domésticos; [ALGUNS, parágrafo único, art. 7º]

- Servidores Públicos. [ALGUNS, art.37, §3º]

Greve dos Servidores Públicos = **eficácia limitada**

Greve dos Empregados Públicos = **eficácia contida**



Gabarito: Errado

Anotação

37) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRMV-AM Prova: Quadrix - 2020 - CRMV-AM - Fiscal

Os direitos sociais constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, e têm por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Direito Constitucional descomplicado. 16.^a ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017 (com adaptações).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o item a respeito dos direitos sociais.

O salário mínimo deve ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

() Certo () Errado



BOA PROVA

Solução rápida: DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Constituição federal de 1988

Solução completa: Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...) IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Súmula Vinculante 4, STF: Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

Atentar que embora o salário mínimo não possa ser utilizado como fator de indexação, o STF entende que poderá ser utilizado para fixação da indenização em salários mínimos e fixação de pensão alimentícia:

(...) - Fixação da indenização em salários mínimos, observado o valor deste na data do julgamento. A partir daí, esse quantum será corrigido por índice oficial (...) (AgRg no RE 409.427-RJ);

(...) - Fixação de pensão alimentícia, pois esta tem por finalidade assegurar aos beneficiários as mesmas necessidades básicas garantidas aos trabalhadores em geral pelo texto constitucional. De considerar-se afastada, por isso, relativamente a essa hipótese, a proibição da vinculação ao salário mínimo, prevista no inciso IV do art. 7º, CF/88 (...) (RE 274.89714).



(Masson, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. 6. ed. - Salvador: JUSPODIVM, 2018. fl. 287)

Gabarito: Certo

Anotação

38) Ano: 2020 Banca: IDECAN Órgão: IF-RR Prova: IDECAN - 2020 - IF-RR - Informática

Assinale a única alternativa que não contemple um direito social previsto na Constituição Federal.

- (A) direito ao lazer
- (B) direito à previdência social
- (C) direito à alimentação
- (D) direito à ampla defesa
- (E) direito à educação



BOA PROVA

Solução rápida: DOS DIREITOS SOCIAIS

Artigo 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Solução completa: A questão exige conhecimento acerca direitos sociais e pede ao candidato que assinale o item incorreto, marcando o item que não direito social. Vejamos:

A) direito ao lazer;

Correto. O direito ao lazer é um direito social, nos termos do art. 6º, CF: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

B) direito à previdência social

Correto. O direito à previdência social é um direito social, nos termos do art. 6º, CF: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

C) direito à alimentação;

Correto. O direito à alimentação é um direito social, nos termos do art. 6º, CF: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

D) direito à ampla defesa;

Errado e, portanto, gabarito da questão. O direito à ampla defesa é um direito e dever individual e coletivos, nos termos do art. 5º, LV da CF: LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

E) direito à educação.



Correto. O direito à educação é um direito social, nos termos do art. 6º, CF: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Gabarito: Letra D

Anotação

39) Ano: 2020 Banca: IDIB Órgão: Prefeitura de Araguaína - TO Prova: IDIB - 2020 - Prefeitura de Araguaína - TO - Guarda Municipal

Seguindo o disposto na Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até

- (A) 6 (seis) anos de idade em escolas públicas.
- (B) 7 (sete) anos de idade em creches e pré-escolas.
- (C) 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- (D) 7 (sete) anos de idade em escolas públicas.



BOA PROVA

Solução rápida: Artigo 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

Solução completa: Essa questão exige conhecimento acerca dos direitos sociais protegidos constitucionalmente. Nesse contexto, conforme o inciso XXV, art. 7º, da CRFB/88: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas”.

O texto original da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, assegurava aos trabalhadores assistência gratuita aos seus filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas. Com o advento da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, esse direito social de assistência gratuita previsto na Constituição foi restringido, passando a amparar o trabalhador apenas com relação aos seus filhos e dependentes de até 5 (cinco) anos de idade.

ATENTE-SE: bancas frequentemente alteram essa idade, colocando até 6 (seis) ou 7 (sete) anos de idade.

DICA: Creches -> Cinco anos.

Como se vê, a única assertiva que se amolda ao diploma constitucional, é aquela mencionada na alternativa “c”.

Gabarito: Letra C



Anotação

40) Ano: 2020 Banca: Asconprev Órgão: Prefeitura de Moreilândia - PE Prova: Asconprev - 2020 - Prefeitura de Moreilândia - PE - Guarda Municipal

À luz do que estabelece a Constituição Federal acerca dos direitos sociais marque a alternativa correta:

(A) É livre a associação profissional ou sindical, de modo que a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

(B) Nas empresas de mais de doze empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

(C) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não ser votado nas organizações sindicais.

(D) É permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

(E) É livre a associação profissional ou sindical, observando-se que ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.



Solução rápida: Artigo 8º: É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Solução completa: A questão exige conhecimento acerca dos direitos sociais e pede ao candidato que assinale o item correto. Vejamos:

A) É livre a associação profissional ou sindical, de modo que a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Errado. Ao contrário: a lei não pode exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, nos termos do art. 8º, I, CF: Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

B) Nas empresas de mais de doze empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Errado. O representante é eleito nas empresas onde houver mais de 200 empregados, nos termos do art. 11, CF: Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

C) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não ser votado nas organizações sindicais.

Errado. O aposentado filiado também tem o direito de ser votado, nos termos do art. 8º, VII, CF: VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

D) É permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.



Errado. Exatamente o oposto: é vedada a criação de mais de uma organização sindical, nos termos do art. 8º, II, CF: II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

E) É livre a associação profissional ou sindical, observando-se que ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Correto e, portanto, gabarito da questão. Inteligência do art. 8º, III, CF: III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Gabarito: Letra E

Anotação



41) Ano: 2020 Banca: FUNDATEC Órgão: Prefeitura de Cristinópolis - SE Prova: FUNDATEC - 2020 - Prefeitura de Cristinópolis - SE - Fiscal de Tributos

Os direitos fundamentais individuais incluem, EXCETO:

- (A) Direito à intimidade.
- (B) Direito à privacidade.
- (C) Direito aos hábitos pessoais.
- (D) Direito à greve.
- (E) Direito à honra.

Solução rápida: O direito à greve na legislação brasileira

É também um direito garantido pela Constituição Federal, que em seu artigo 9º assegura aos trabalhadores o direito de greve como meio de defender seus interesses. ... Além disso, por ser um direito social, a greve só pode ser feita se objetivando um interesse social.

Solução completa: No entanto, o direito à vida vai além de simplesmente viver: é preciso uma vida digna, acesso a , , e , cabendo ao garantir acesso de qualidade a esses e a outros bens e serviços que venha a prestar.

A vida humana também é composta por elementos imateriais muito importantes para a , que constituem os direitos individuais e devem ser respeitados:

a honra;

o nome;

a reputação e a imagem que integram a personalidade moral dos indivíduos;

a privacidade que envolve a intimidade de cada um;

as relações familiares e afetivas;

os hábitos pessoais;

o seu domicílio que não pode ser penetrado pelos demais sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre, para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

sua correspondência e o respeito ao sigilo desta assim como a todas as formas de comunicação surgidas com o desenvolvimento da telecomunicação;



Além disso, outro direito individual é o da liberdade, que abarca desde a locomoção livre pelo país à liberdade de pensamento, consciência, expressão e de reunião.

Gabarito: Letra D

Anotação

42) Ano: 2021 Banca: OBJETIVA Órgão: Prefeitura de Cascavel - PR Prova: OBJETIVA - 2021 - Prefeitura de Cascavel - PR - Guarda Municipal

De acordo com a Constituição Federal, é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

(A) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.

(B) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

(C) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

(D) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

(E) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, mesmo se cometer falta grave nos termos da lei.



Solução rápida:

O que você deve guardar sobre associação sindical para prova: (Resumidamente)

É obrigatório a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

Ninguém é obrigado a filiar-se ou manter-se filiado;

Independente de autorização;

Vedada interferência estatal;

Associações podem representar seus filiados (Judicial e Extra judicial);

Vedada de caráter paramilitar;

Dissolução --> Sentença judicial transitada em julgado;

Suspensão---> Decisão judicial (**NUNCA ADMINISTRATIVA**)

Solução completa: A questão exige do candidato o conhecimento acerca do que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe sobre associação profissional ou sindical.

A- **Incorreta** - Também cabe ao sindicato a defesa dos direitos em questões judiciais ou administrativa. Art. 8º, III, CRFB/88: “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”.

B- **Correta** - É o que dispõe o art. 8º, V, CRFB/88: “ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato”.

C- **Incorreta** - É obrigatória a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho. Art. 8º, VI, CRFB/88: “é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho”.

D- **Incorreta** - A Constituição garante esses direitos ao aposentado filiado. Art. 8º, VII, CRFB/88: “o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais”.

E- **Incorreta** - A vedação de dispensa não se aplica em caso de prática de falta grave, Art. 8º, VIII, CRFB/88: “é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei”.



Gabarito: Letra B

Anotação

43) Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TCE-RJ Provas: CESPE / CEBRASPE - 2021 - TCE-RJ - Analista de Controle Externo - Especialidade: Ciências Contábeis

Com relação aos direitos fundamentais, julgue o item a seguir.

A segurança pública é um direito fundamental social.

() Certo () Errado

Solução rápida: De fato, a segurança é um direito fundamental social descrito no artigo 6º, Constituição federal de 1988:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.



BOA PROVA

Solução completa: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [Art. 6º todos de eficácia limitada].

DICA!

--- > Segurança (Artigo 6º): Garantia individual.

--- > Segurança (Artigo 6º): aproxima-se do conceito de segurança pública, que, como dever do Estado, aparece como direito e responsabilidade de todos.

Artigo 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Gabarito: Certo

Anotação



BOA PROVA

44) Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEED-PR Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - SEED-PR - Professor - Conhecimentos Comuns

O inciso XXII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988 estabelece que é direito dos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Quanto a esse tema, assinale a opção correta.

- (A) Os riscos são intrínsecos aos processos produtivos, portanto é dever dos empregadores, e direito dos trabalhadores, reduzi-los por intermédio de uma normatização sanitária que contemple higiene e segurança.
- (B) Os riscos ocupacionais decorrentes dos processos produtivos devem ser suportados por todos da sociedade, cabendo ao empregador cumprir as normas regulamentadoras e pagar os adicionais de insalubridade e periculosidade.
- (C) Os riscos são extrínsecos aos processos produtivos, então cabe aos trabalhadores reduzi-los por intermédio de condutas que contemplem aspectos sanitários, de higiene e de segurança.
- (D) Os riscos são vinculados aos processos produtivos, motivo pelo qual empregadores e trabalhadores devem reduzi-los por intermédio de uma normatização trabalhista que contemple aspectos sanitários, de higiene e de segurança.
- (E) Os riscos são adstritos aos processos produtivos, tendo os empregadores a obrigação de eliminá-los por intermédio de uma normatização tripartite, via norma regulamentadora que contemple aspectos sanitários.

Solução rápida: Constituição federal de 1988:

Artigo 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; **(ESTE INCISO É ASSEGURADO AO SERVIDOR E ÀS DOMÉSTICAS)**



Solução completa:

A- Os riscos são intrínsecos aos processos produtivos, portanto é dever dos empregadores, e direito dos trabalhadores, reduzi-los por intermédio de uma normatização sanitária que contemple higiene e segurança. -

CORRETO - os riscos fazem parte do processo produtivo, são intrínsecos, portanto o empregador deve garantir a segurança do trabalhador. Como isso se dá? Por meio de normatização sanitária que contemple higiene e segurança.

Higiene e segurança? Sim, segurança aqui não apenas naquele sentido de prevenção de acidentes, mas também segurança sanitária (ambiente salubre, ou, quando for o caso, proteção para aqueles que precisam trabalhar em ambiente insalubre, por exemplo, a fim de diminuir o máximo possível os riscos de contaminações, por exemplo).

B - Os riscos ocupacionais decorrentes dos processos produtivos **devem ser suportados por todos da sociedade**, cabendo ao empregador cumprir as normas regulamentadoras e pagar os adicionais de insalubridade e periculosidade. - Quem deve arcar com os riscos é o empregador!

C - Os riscos são **extrínsecos** aos processos produtivos, então **cabe aos trabalhadores reduzi-los** por intermédio de condutas que contemplem aspectos sanitários, de higiene e de segurança. - Não são extrínsecos (externos), nem compete aos trabalhadores reduzi-los.

D- Os riscos são vinculados aos processos produtivos, motivo pelo qual empregadores e **trabalhadores** devem reduzi-los por intermédio de uma normatização trabalhista que contemple aspectos sanitários, de higiene e de segurança. - Apenas os empregadores (exemplo: fornecimento de EPI's)

E- Os riscos são adstritos aos processos produtivos, **tendo os empregadores a obrigação de eliminá-los** por intermédio de uma normatização tripartite, via norma regulamentadora que contemple aspectos sanitários. - Eliminar não, reduzir, prevenir, evitar.

Gabarito: Letra A



Anotação



DIREITO
DE
NACIONALIDADE



45) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRMV-AM Prova: Quadrix - 2020 - CRMV-AM - Assistente Administrativo

Helmer e Lindy, estrangeiros, casados, estavam a serviço de seu país no Brasil. Lindy, grávida de oito meses, teve uma intercorrência médica, sendo necessário realizar o parto na cidade de Manaus-AM. O filho nasceu saudável e foi batizado com o nome de Carlos, posteriormente indo morar no país de seus pais.

Anos depois, quando já havia atingido a maioridade civil, Carlos resolveu retornar ao Brasil, onde conheceu Ana, brasileira nata, com quem se casou.

O casal Carlos e Ana retornou ao país dos pais de Carlos e lá teve um filho, chamado João.

Com base nesse caso hipotético e na Constituição Federal de 1988, julgue o item.

Carlos, por ter nascido no Brasil, será considerado como brasileiro nato.

() Certo () Errado



Solução rápida: Artigo 12 da constituição federal de 1988

São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

Solução completa: Conhecimento exigido do candidato:

Artigo 12, caput e I, “a”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “São brasileiros: I - natos:(...) a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país”.

Informação complementar:

A respeito da nacionalidade, o Brasil adota o critério “jus soli” (direito do solo) e permite, em determinados casos, a adoção do critério “jus sanguinis” (direito de sangue, de ascendência). Assim, é brasileiro nato tanto aquele que nasceu no solo brasileiro - desde que seus pais, se estrangeiros, não estejam a serviço de seu país - (jus soli) quanto aquele que não nasceu no Brasil, mas: a) é filho de pai brasileiro ou mãe brasileira a serviço da República Federativa do Brasil no exterior quando do seu nascimento; b) é filho de pai brasileiro ou mãe brasileira e foi registrado em repartição brasileira competente no estrangeiro; c) é filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, veio residir no Brasil e optou, em qualquer momento após a maioridade, pela nacionalidade brasileira (jus sanguinis).

Análise da assertiva:

Embora Carlos tenha nascido em solo brasileiro, seus pais, estrangeiros, estavam a serviço de seu país. Dessa forma, Carlos não pode ser considerado brasileiro nato.

Gabarito: Errado

Anotação



BOA PROVA

46) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRMV-AM Prova: Quadrix - 2020 - CRMV-AM - Assistente Administrativo

Helmer e Lindy, estrangeiros, casados, estavam a serviço de seu país no Brasil. Lindy, grávida de oito meses, teve uma intercorrência médica, sendo necessário realizar o parto na cidade de Manaus-AM. O filho nasceu saudável e foi batizado com o nome de Carlos, posteriormente indo morar no país de seus pais.

Anos depois, quando já havia atingido a maioridade civil, Carlos resolveu retornar ao Brasil, onde conheceu Ana, brasileira nata, com quem se casou.

O casal Carlos e Ana retornou ao país dos pais de Carlos e lá teve um filho, chamado João.

Com base nesse caso hipotético e na Constituição Federal de 1988, julgue o item.

Helmer e Lindy, por terem tido um filho na cidade de Manaus-AM, poderão ser considerados como brasileiros natos, desde que apresentem a certidão de nascimento de seu filho Carlos em qualquer cartório de registro civil de pessoas.

() Certo () Errado

Solução rápida: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

Artigo 12. São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;



c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

Solução completa: Conhecimento exigido do candidato:

Artigo 12, caput e I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira”.

Informação complementar:

A respeito da nacionalidade, o Brasil adota o critério “jus soli” (direito do solo) e permite, em determinados casos, a adoção do critério “jus sanguinis” (direito de sangue, de ascendência). Assim, é brasileiro nato tanto aquele que nasceu no solo brasileiro - desde que seus pais, se estrangeiros, não estejam a serviço de seu país - (jus soli) quanto aquele que não nasceu no Brasil, mas:

- a) é filho de pai brasileiro ou mãe brasileira a serviço da República Federativa do Brasil no exterior quando do seu nascimento;
- b) é filho de pai brasileiro ou mãe brasileira e foi registrado em repartição brasileira competente no estrangeiro;
- c) é filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, veio residir no Brasil e optou, em qualquer momento após a maioridade, pela nacionalidade brasileira (jus sanguinis).

Análise da assertiva:

Helmer e Lindy são estrangeiros e não se enquadram em nenhuma hipótese elencada pelo artigo 12 da CRFB/88, de forma que não podem ser considerados brasileiros natos. A nacionalidade do filho, em razão dos critérios adotados para atribuição de nacionalidade, não modifica a nacionalidade dos pais. Além disso, Carlos não pode ser considerado brasileiro nato, já que Helmer e Lindy estavam no Brasil a serviço de seu país.



Dica para complementar o estudo:

“Quando o estrangeiro estiver a serviço de outro país - como no caso de um austríaco a serviço da Alemanha - ao filho nascido no Brasil deve ser atribuída a nacionalidade brasileira”.

Gabarito: Errado

Anotação

47) Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPE-CE Prova: CESPE - 2020 - MPE-CE - Técnico Ministerial

Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Brasileiro naturalizado pode ocupar o cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

() Certo () Errado



Solução rápida: Artigo 12º da constituição federal.

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

Solução completa: Cargos de Brasileiros Natos:

Ministro de Estado da Defesa

Presidente e Vice-Presidente da República

Presidente da Câmara dos Deputados

Presidente do Senado Federal

Carreira diplomática

Oficial das Forças Armadas

Ministro do Supremo Tribunal Federal

> Presidente CNJ: privativo de brasileiro nato, pois é quem ocupa este cargo é o presidente do STF

> Presidente e vice do TSE: São privativos de brasileiros natos, pois são escolhidos dentre



os ministros do STF

> Existe 6 assentos privativos no conselho da República para brasileiros natos (ART.89, VII, CF/88)

> Nem todos os membros do conselho da República são brasileiros natos

O cargo de capitão do Exército Brasileiro somente poderá ser exercido por brasileiro nato. (CESPE 2013)

OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS: Aspirante, Tenente, Capitão-tenente, Capitão, Major, Tenente-coronel, Coronel, Capitão de Fragata, Capitão de Corveta, Capitão de Mar e Guerra, Almirante, Brigadeiro, Major-brigadeiro, Tenente Brigadeiro, General, Marechal do Ar, Marechal.

MNEMÔNICO

MP3.COM

Ministro de Estado da Defesa
Presidente e Vice-Presidente da República
Presidente da Câmara dos Deputados
Presidente do Senado Federal
Carreira diplomática
Oficial das Forças Armadas
Ministro do Supremo Tribunal Federal



BOA PROVA

Gabarito: Errado

Anotação

48) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CREFONO-5º Região Prova: Quadrix - 2020 - CREFONO-5º Região - Auxiliar Administrativo

Alguns autores apontam como marco inicial dos direitos fundamentais a Magna Carta inglesa (1215). Os direitos ali estabelecidos, entretanto, não visavam a garantir uma esfera irreduzível de liberdades aos indivíduos em geral, mas, sim, essencialmente, a assegurar poder político aos barões mediante a limitação dos poderes do rei.

Segundo a Constituição Federal de 1988, julgue o item com relação aos direitos fundamentais.

Suponha-se que um casal de estrangeiros que estava a serviço de seu país no Brasil tenha tido uma criança, nascida no território brasileiro. Nesse caso, a criança será considerada como brasileira nata.

() Certo () Errado



Solução rápida: Artigo 12º da constituição federal de 1988

São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Solução completa: De acordo com a Constituição Federal, são brasileiros natos:

1º caso:

- Nascidos no Brasil;
- Excetuam-se os filhos de pais estrangeiros a serviço de seu país de origem.

2º caso:

- Nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiro (não importa se nato ou naturalizado), a serviço do Brasil. Por exemplo, o filho de uma diplomata brasileira a serviço em Cuba.

3º caso:

- Nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que:
- Sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil;
- Optem, em qualquer tempo, após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.



ra. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal diz que, nesse caso, a nacionalidade é primária, pois existe desde o nascimento, ficando apenas sujeita a uma condição para o seu implemento.

Artigo 12º São brasileiros:

I - natos: **NACIONALIDADE PRIMÁRIA OU ORIGINÁRIA - INVOLUNTÁRIA**

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país (**CRITÉRIO JUS SOLIS**)

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; (**CRITÉRIO JUS SANGUINIS**)

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira (**CRITÉRIO JUS SANGUINIS**)

II - naturalizados: **NACIONALIDADE SECUNDÁRIA OU ADQUIRIDA- VOLUNTÁRIA**

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

(NACIONALIDADE EXTRAORDINÁRIA CONSTITUCIONAL OU QUINZENÁRIA)

Gabarito: Errado



Anotação

49) Ano: 2020 Banca: VUNESP Órgão: Valiprev - SP Prova: VUNESP - 2020 - Valiprev - SP - Analista de Benefícios Previdenciários

Philippe e sua esposa Sophie são franceses. Quando Sophie completou sete meses de gestação, eles decidiram passar férias no Brasil, mas uma intercorrência provocou a aceleração do parto, e Marie, primeira filha do casal, nasceu prematuramente no Hospital Municipal de Valinhos.

Jéssica nasceu na Islândia, é filha de João, brasileiro, e Leona, finlandesa. Jéssica veio residir no Brasil e optou, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) Marie e Jéssica são ambas brasileiras naturalizadas.
- (B) Marie é brasileira nata, e Jéssica é brasileira naturalizada.
- (C) Marie e Jéssica somente serão consideradas brasileiras naturalizadas após residirem pelo menos quinze anos ininterruptos no Brasil.
- (D) Marie e Jéssica são brasileiras natas.
- (E) Marie é brasileira nata, e Jéssica poderá ser considerada brasileira naturalizada apenas após comprovar residência por um ano ininterrupto no Brasil e sua idoneidade moral.



Solução rápida:**SOPHIE**

Artigo 12º. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

JESSICA

Artigo 12º. São brasileiros:

I - natos:

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira

Solução completa: Questão induz ao erro, devemos analisar os seguintes aspectos:

Brasileiros natos

1. Nascidos no Brasil, salvo filhos de pais estrangeiros (ambos) a serviço no país (basta um).

2. Nascido no estrangeiro, pai ou mãe brasileiro e um deles a serviço do Brasil.

Toda a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

3. Nascido no estrangeiro e os pais não estão a serviço: deve registrar em repartição brasileira ou vir para o Brasil – opção após a maioridade a qualquer tempo.

Logo:



BOA PROVA

Para Sophie aplica-se o critério do ius soli, nasceu no Brasil e os pais não estavam a serviço de seu país, mas a passeio;

Enquanto no caso de Jéssica, aplica-se o critério do ius sanguini, nasceu fora do Brasil, desde que o pai OU a mãe brasileiro, e optou pela nacionalidade brasileira, após atingida a maioridade

Assim:

Marie: brasileira nata pelo critério territorial (ius solis);

Jéssica: brasileira nata pelo critério sanguíneo (ius sanguinis) + residência + opção confirmativa.

Gabarito: Letra D

Anotação



50) Ano: 2020 Banca: VUNESP Órgão: Valiprev - SP Prova: VUNESP - 2020 - Valiprev - SP - Analista de Benefícios Previdenciários

Suponha que Joana é brasileira naturalizada e que, após a naturalização, ela praticou dois crimes de homicídio que resultaram na morte de Leonardo e Sandra, ambos brasileiros.

De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que Joana

- (A) não será extraditada e não será levada à prisão ou nela mantida, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) apenas poderia ser extraditada por decisão do Supremo Tribunal Federal se cometesse crime político ou de opinião contra o interesse nacional.
- (C) terá concedida sua extradição, e serão admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, tendo em vista a gravidade dos crimes cometidos.
- (D) não será extraditada, mas, caso seja presa, ela não terá direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- (E) será extraditada após o devido processo legal e poderá sofrer pena de banimento.

Solução rápida: Artigo 5º da constituição federal

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

Obs.: Os crimes foram após a naturalização.

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;



Solução completa: Comentários ao artigo 5, inciso LI, constituição federal:

Brasileiro nato **NUNCA** pode ser extraditado. Ao contrário do brasileiro naturalizado que pode ser extraditado nas seguintes hipóteses: crime comum praticado antes da naturalização / caso de tráfico de drogas (Art. 5, inciso LI, CF).

O crime comum (homicídio simples) foi praticado depois da naturalização, sendo assim não será extraditada.

Após a naturalização, só será extraditado se o crime for de tráfico de drogas.

- No Brasil, quem julga extradição é o STF.

- A tutela da extradição é feita pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), ou seja, para se conceder a extradição é preciso respeitar os requisitos legais definidos nesse Estatuto .

Além disso, deve-se observar o disposto na Súmula 421 do STF . Mesmo que a pessoa que está sendo extraditada, seja casada com brasileiro ou tenha filho brasileiro, vai continuar o tramite da extradição.

Conforme a Constituição Federal, o brasileiro naturalizado pode ser extraditado nos casos de:

> Crime comum - praticado ANTES DA NATURALIZAÇÃO

> Comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins - ANTES OU APÓS A NATURALIZAÇÃO



Brasileiro nato – é vedada sua extradição.

A) **GABARITO** - Não será extraditada, pois é brasileira naturalizada e o crime foi cometido depois da naturalização e não se trata de tráfico de drogas.

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

B) **ERRADA** - Artigo 5º LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião

C) **ERRADA** - Artigo 5º LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

D) **ERRADA** - Artigo 5º LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial

E) **ERRADA** - Artigo 5º XLVII - não haverá penas de banimento

Gabarito: Letra A

Anotação



51) Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PRF Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - PRF - Policial Rodoviário Federal

Acerca de direitos fundamentais, garantias e remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

As hipóteses de perda da nacionalidade brasileira previstas na Constituição Federal de 1988 têm natureza taxativa, de modo que nem mesmo convenções ou tratados internacionais podem ampliá-las.

() Certo () Errado

Solução rápida: A perda da nacionalidade, medida extremamente grave e excepcional, por ostentar a nacionalidade natureza jurídica de direito fundamental, só poderá ocorrer nas hipóteses taxativamente previstas na Constituição Federal (QO/HC 83.113/DF, Rel Min. Celso de Mello).

STF: “A perda da nacionalidade brasileira, por sua vez, somente pode ocorrer nas hipóteses **taxativamente** definidas na Constituição da República, não se revelando lícito, ao Estado brasileiro, seja mediante simples regramento legislativo, seja mediante tratados ou convenções internacionais, inovar nesse tema ”.

Solução completa: A perda ou suspensão da nacionalidade tem previsão no artigo 15 da Constituição Federal.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;



IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Para o STF, na questão de ordem QO/HC 83.113/DF, essas hipóteses não poderiam ser ampliadas nem pela legislação infraconstitucional e nem mesmo por tratados internacionais, veja:

“A perda da nacionalidade brasileira, por sua vez, somente pode ocorrer nas hipóteses taxativamente definidas na Constituição da República, não se revelando lícito, ao Estado brasileiro, seja mediante simples regramento legislativo, seja mediante tratados ou convenções internacionais, inovar nesse tema, quer para ampliar, quer para restringir, quer, ainda, para modificar os casos autorizadores da privação – sempre excepcional – da condição político jurídica de nacional do Brasil.”

Ademais, por outro lado, a decisão do STF que fundamentou a questão foi proferida em 2003 – (publicação em 29.08.2003), ou seja, ANTES da EC 45/2004 que inseriu a possibilidade dos tratados internacionais de Direitos Humanos possuírem status de emenda à constituição federal. (Art. 5º, § 3º, CF/88).

Dessa forma, doutrinariamente entende-se que seria possível dispor a respeito do tema através de emenda constitucional ou através de um tratado internacional de Direitos humanos, aprovado com status de emenda.

De qualquer modo, o tema é controvertido, pois uma emenda a CF ou um tratado internacional de direitos humanos não poderiam violar cláusula pétrea, de modo que ampliar as hipóteses de perda da nacionalidade – reduzindo um direito fundamental – pode ser considerado como inconstitucional.

Gabarito: Certo



Anotação



DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS



52) Ano: 2020 Banca: IBFC Órgão: TRE-PA Prova: IBFC - 2020 - TRE-PA - Técnico Judiciário - Administrativa

As normas gerais e os princípios constitucionais relativos aos direitos políticos encontram-se disciplinados de forma expressa na Constituição Federal de 1988, sobretudo no Capítulo IV do Título I da Carta Magna. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

(A) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas

(B) A perda ou cassação dos direitos políticos só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; ou improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º

(C) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e os analfabetos

(D) O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade

Solução rápida: DOS DIREITOS POLÍTICOS

Artigo 14º. § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

FONTE: Constituição Federal de 1988

Solução completa: Artigo 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei

§1 É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

§2. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no TSE.

§3. Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas; ou

II - tiverem eleito pelo menos 15 Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação.

§4. É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

§5. Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no §3 deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos



do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

Gabarito: Letra D

Anotação

53) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRN - 2º Região (RS) Provas: Quadrix - 2020 - CRN - 2º Região (RS) - Assistente Administrativo

Acerca dos direitos políticos, julgue o item.

A perda de mandato parlamentar gera hipótese de cassação dos direitos políticos.

() Certo () Errado

Solução rápida: Constituição federal de 1988

Artigo 15º. **É vedada a cassação de direitos políticos**, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;



III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Solução completa: Cassação é o ato ou efeito de anular e privar um indivíduo de fazer alguma coisa, ou seja, a ação de cassar é uma forma de punição quando alguém exerce uma prática ilícita ou inaceitável.

A cassação é um termo utilizado no âmbito político ou no direito administrativo, por exemplo, sendo motivado como o resultado de um processo disciplinar, quando determinado indivíduo não se comporta de forma adequada ou ética dentro das suas funções.

A cassação de direitos políticos de um indivíduo é vedada pela Constituição Federal, de acordo com o artigo 15. Só pode haver perda ou suspensão dos direitos políticos e nunca a sua cassação.

Cassação de mandato

A cassação pode ser aplicada em muitas ocasiões, mas a forma mais comum e conhecida da aplicação deste tipo de punição é a chamada cassação de mandato, quando a função pública de um político, eleito por voto popular, é cassado como consequência de uma série de fatores que estão presentes no artigo 55 da Constituição Federativa do Brasil.

Artigo 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição ;



VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

Um dos exemplos mais famosos da aplicação do artigo 55 da Constituição foi a cassação do ex-presidente da República Fernando Collor, durante o processo de impeachment.

Para que haja a cassação de um mandato político, os requisitos e provas para a cassação devem ser apresentados à uma comissão de ética. Após a avaliação da comissão, esta determinará se a anulação do mandato é recomendada ou não. No entanto, o mandato só é cassado após votação em plenário, onde os parlamentares deverão, através do voto secreto, decidir o resultado final do processo.

Gabarito: Errado

Anotação

54) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRN - 2º Região (RS) Provas: Quadrix - 2020 - CRN - 2º Região (RS) - Assistente Administrativo

Acerca dos direitos políticos, julgue o item.

A suspensão dos direitos políticos em razão de condenação criminal transitada em julgado somente cessa quando comprovadamente reabilitado o apenado para convívio em sociedade.

() Certo () Errado



Solução rápida: Súmula 9 do Tribunal Superior Eleitoral: “A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado **cessa com o cumprimento ou a extinção da pena**, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos”.

Solução completa: A banca pede que o candidato julgue o item com relação aos direitos políticos.

A assertiva preceitua que “A suspensão dos direitos políticos em razão de condenação criminal transitada em julgado somente cessa quando comprovadamente reabilitado o apenado para convívio em sociedade.” **Errado.**

Explico o motivo:

Após a extinção da pena ou com o cumprimento dela, os direitos políticos são restabelecidos. Desta forma, com a extinção da punibilidade, a pessoa que foi condenada tem seus direitos políticos restabelecidos.

Os direitos são restabelecido automaticamente com a extinção da pena.

Assim, duração dessa suspensão cessa com a já citada ocorrência da extinção da punibilidade, seja pelo cumprimento da pena, seja por qualquer outras das espécies previstas no Código Penal, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação de danos.

Para melhor completar temos a Súmula 9 do TSE: “A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos”.

Gabarito: Errado



Anotação

55) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRN - 2º Região (RS) Provas: Quadrix - 2020 - CRN - 2º Região (RS) - Assistente Administrativo

Acerca dos direitos políticos, julgue o item.

Atualmente, não mais se tem como indispensável a filiação partidária como condição de elegibilidade, admitindo-se a chamada candidatura avulsa.

() Certo () Errado



Solução rápida: Artigo 14º, § 3º, da constituição federal:

São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima

Solução completa: A filiação partidária é condição de elegibilidade prevista no artigo 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, já que o Brasil adota a democracia representativa partidária.

Na democracia brasileira inexistente a figura da candidatura avulsa, uma vez que os partidos políticos devem ser o elo entre os anseios dos segmentos populares e o Estado.

Assim, todo candidato a cargo eletivo deve estar filiado a partido político regularmente constituído e com registro previamente deferido pelo TSE, sob pena de ter seu pedido de registro de candidatura indeferido.

A Reforma Eleitoral de 2015 (Lei 13.165) alterou o prazo mínimo de filiação partidária para registro de candidatura.

Pela nova redação do artigo 9º, da Lei das Eleições (Lei 9.504/97), o candidato deve estar com sua filiação deferida pelo partido seis meses antes da data da eleição.

Nas eleições municipais de 2016, o prazo final para deferimento da filiação partidária se dá no dia 02 de abril, conforme calendário das eleições expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (Resolução 23.450, do TSE).

Assim, a filiação partidária com antecedência mínima de seis meses da data da eleição é



uma das condições imprescindíveis para o deferimento do pedido de registro de candidatura.

Gabarito: Errado

Anotação

56) Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPE-CE Prova: CESPE - 2020 - MPE-CE - Técnico Ministerial

Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Os analfabetos não podem registrar-se como eleitores.

() Certo () Errado



BOA PROVA

Solução rápida: Artigo 14º da Constituição federal de 1988

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - **facultativos para:**

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Solução completa: Direito políticos **POSITIVOS:**

1) Capacidade eleitoral **ATIVA** (direito de votar - cidadão): Voto e alistamento eleitoral

Em regra são obrigatórios.

Exceção: são **FACULTATIVOS** para:

a) maior de 70 anos

b) entre 16 e 18 anos

c) analfabetos

2) Capacidade eleitoral **PASSIVA** (direito de ser votado): Ser eleito

Condições de elegibilidade (art. 14, §3º):

I - nacionalidade brasileira

II - o pleno exercício dos direitos políticos

III - alistamento eleitoral

IV - domicílio eleitoral na circunscrição



V - idade mínima de:

- a) 18 anos - Vereador
- b) 21 anos - Prefeitos, Deputados (todos) e Juiz de Paz
- c) 30 anos - Governador
- d) 35 anos - Presidente da República e Senador (capacidade PLENA)

Direitos políticos **NEGATIVOS**:

1) INELEGIBILIDADES:

a) Absolutas: previstas só na constituição federal - analfabetos e inalistáveis (estrangeiros e conscritos durante o período do serviço militar obrigatório).

b) Relativas: previstas na constituição federal ou Lei complementar - restrições à reeleição e em razão de parentesco (art. 14, §§ 5º e 7º); Lei das Inelegibilidades, alterada pela Lei da Ficha Limpa.

2) Hipóteses de **SUSPENSÃO** e **PERDA** dos direitos políticos - artigo 15, constituição federal

a) Perda da nacionalidade (I) e Escusa de consciência (IV)

b) Suspensão: Condenação criminal definitiva (III), Incapacidade civil absoluta (II) e Improbidade Administrativa (V)

Obs.: **NÃO EXISTE CASSAÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS.**

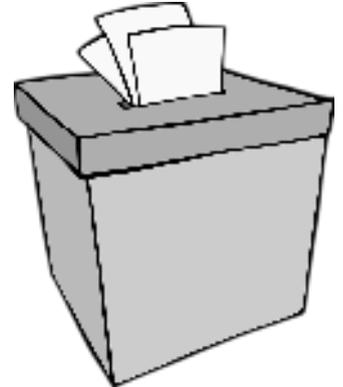
Gabarito: Errado



57) Ano: 2020 Banca: IDECAN Órgão: IF-RR Prova: IDECAN - 2020 - IF-RR - Assistente Administrativo

Assinale a alternativa que indique corretamente o órgão onde os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, registrarão seus estatutos.

- (A) Tribunal Superior Eleitoral
- (B) Supremo Tribunal Federal
- (C) Superior Tribunal de Justiça
- (D) Ministério Público Eleitoral
- (E) Seção Eleitoral



Solução rápida: Conforme artigo 14, § 2º, da constituição federal: Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

DICA!

A personalidade dos partidos políticos ela são de direito privado.

Solução completa: A questão exige conhecimento acerca dos Partidos Políticos e pede ao candidato que assinale o item correto, no tocante ao órgão onde os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, registrarão seus estatutos.

Para responder a questão, necessário conhecimento do art. 17, § 2º, CF, que preceitua:

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

Vejam os:

a) Tribunal Superior Eleitoral.

Correto e, portanto, gabarito da questão. Inteligência do art. 17, § 2º, CF.



b) Supremo Tribunal Federal.

Errado. O órgão onde os partidos políticos, após adquirem personalidade jurídica, registram seus estatutos no TSE e não no STF.

c) Superior Tribunal de Justiça

Errado. O órgão onde os partidos políticos, após adquirem personalidade jurídica, registram seus estatutos no TSE e não no STJ.

d) Ministério Público Eleitoral

Errado. O órgão onde os partidos políticos, após adquirem personalidade jurídica, registram seus estatutos no TSE e não no MP.

e) Seção Eleitoral

Errado. O órgão onde os partidos políticos, após adquirem personalidade jurídica, registram seus estatutos no TSE e não na Seção Eleitoral.

Gabarito: Letra A

Anotação



58) Ano: 2020 Banca: COTEC Órgão: Câmara de Montes Claros - MG Provas: CO-TEC - 2020 - Câmara de Montes Claros - MG - Agente do Legislativo

Inácio, 19 anos, nascido e residente em Montes Claros, em pleno gozo de seus direitos políticos e devidamente alistado em cartório eleitoral, cujo pai também nasceu em Montes Claros, mas a mãe nasceu no Chile e não se naturalizou brasileira, querendo exercer plenamente a cidadania, resolve se candidatar a uma vaga de vereador na Câmara Municipal de Montes Claros. Nesse caso, é CORRETO afirmar:

- (A) Só podem concorrer à vaga os brasileiros natos e maiores de 21 anos.
- (B) Só podem concorrer à vaga os brasileiros natos.
- (C) Há impedimento em razão da nacionalidade materna, mas não em relação à paterna.
- (D) Há impedimento em razão da idade de Inácio.
- (E) Não há, do ponto de vista legal, impedimento para a candidatura.

Solução rápida: Ele é brasileiro **NATO**, pois nasceu no Brasil e é filho de pai brasileiro. Ele tem 19 anos, portanto pode candidatar-se a vereador.

Logo, Não há, do ponto de vista legal, impedimento para a candidatura.

Solução completa: A questão exige do candidato o conhecimento acerca do que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe sobre direitos políticos.

Análise das alternativas:

Alternativa A - Incorreta. Podem concorrer à vaga os brasileiros natos ou naturalizados, pois o cargo de vereador não é privativo de brasileiro nato, e maiores de 18 anos.

Art. 12, § 3º, CRFB/88: "São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.



VII - de Ministro de Estado da Defesa”.

Art. 14, § 3º, CRFB/88: “São condições de elegibilidade, na forma da lei: (...) VI - a idade mínima de: (...) d) dezoito anos para Vereador”.

Alternativa B - Incorreta. Podem concorrer à vaga os brasileiros natos ou naturalizados. Podem concorrer à vaga os brasileiros natos ou naturalizados, pois o cargo de vereador não é privativo de brasileiro nato.

Alternativa C - Incorreta. Inácio é brasileiro em razão de seu nascimento em solo brasileiro (é brasileiro nato) e a nacionalidade de sua mãe não constitui impedimento. Art. 12, I, “a”, CRFB/88: “São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; (...)”.

Alternativa D - Incorreta. Não há impedimento em razão da idade, pois podem concorrer ao cargo os maiores de 18 anos e Inácio tem 19 anos. Art. 14, § 3º, CRFB/88: “São condições de elegibilidade, na forma da lei: (...) VI - a idade mínima de: (...) d) dezoito anos para Vereador”.

Alternativa E- Correta! Não há impedimento para a candidatura de Inácio, pois tem 19 anos (é necessário ter ao menos 18 anos para ser vereador), é brasileiro (nasceu em solo brasileiro), reside em Montes Claros, está em pleno gozo de seus direitos políticos e foi devidamente alistado em cartório eleitoral.

Gabarito: Letra E

Anotação



BOA PROVA

59) Ano: 2021 Banca: Quadrix Órgão: CRBM - 4 Provas: Quadrix - 2021 - CRBM - 4 - Agente Administrativo

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item.

Acerca dos direitos políticos, é correto afirmar que, para que um ex-governador de estado ou do Distrito Federal se candidate à reeleição, ele deverá renunciar ao cargo com, no mínimo, 120 dias de antecedência das eleições.

() Certo () Errado



Solução rápida: Constituição Federal de 1988

Artigo 12 § 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 meses antes do pleito.

Solução completa: Artigo 14, § 6º da CF. Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

A princípio o erro seria o tempo mencionado na questão. Ao invés de renunciar “com, no mínimo, 120 dias de antecedência das eleições” o correto seria “até 6 meses antes da eleição”.

Contudo, outra coisa é que também sinalizaria essa questão como errada ao é o fato de mencionar “ex-governador”. Se é ex-governador, então não está mais no cargo, não havendo que se falar em reeleição nem em desincompatibilização.

De qualquer forma, independente dos motivos elencados aqui, a questão está errada!



Gabarito: Errado

Anotação

60) Ano: 2020 Banca: IBFC Órgão: TRE-PA Prova: IBFC - 2020 - TRE-PA - Análise Judiciária - Administrativa

A Constituição Federal (CF/88) traz algumas condições de elegibilidade. Assinale a alternativa que não apresenta uma das condições de elegibilidade estabelecidas pela CF:

- (A) Nacionalidade brasileira
- (B) Alistamento eleitoral
- (C) Pleno exercício dos direitos políticos
- (D) A idade mínima de dezoito anos para deputado estadual



BOA PROVA

Solução rápida: Constituição federal de 1988

Artigo 14 § 3o São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

Solução completa: NACIONALIDADE

Artigo 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam regis-



trados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II - naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

Cargos privativos de brasileiro nato

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

Perda da nacionalidade



§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:

a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira

b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis;

Artigo 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Símbolos do Brasil

§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios

Gabarito: Letra D

Anotação



BOA PROVA

61) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRN - 2º Região (RS) Prova: Quadrix - 2020 - CRN - 2º Região (RS) - Nutricionista Fiscal

No que concerne aos direitos políticos, julgue o item.

Todo elegível é eleitor, mas nem todo eleitor é elegível.

() Certo () Errado



Solução rápida:

Elegível: é a pessoa que preenche os requisitos para receber os votos como; vereadores, prefeitos etc. logo se a pessoa recebe o voto pode votar sendo, portanto eleitor.

Eleitor: são pessoas aptas a votar, mas isso não dá o direito de ele ser elegível, exemplo clássico são os analfabetos, possuem capacidade eleitoral ativa, mas não a passiva.

Solução completa: A banca pede que o candidato julgue o item com relação aos direitos políticos.

A assertiva preceitua que: “Todo elegível é eleitor, mas nem todo eleitor é elegível.”

Afirmativa correta.

Isso porque, conforme preceitua o artigo 14, §3º, CF, são condições de elegibilidade:

- a. nacionalidade brasileira;
- b. pleno exercício dos direitos políticos;
- c. alistamento eleitoral;
- d. domicílio eleitoral na circunscrição;
- e. filiação partidária;
- f. idade mínima de: (I) 18 anos para Vereador; (II) 21, para Prefeito; (III) 30, para Gover-



nador; e, (iv) 35, para Presidente da República.

De maneira que todos elegíveis são eleitores.

Todavia, existe a possibilidade de menores de 18 anos serem eleitores, nos termos do art. 14, §1º, II, “c”, CF, não podendo os adolescentes serem elegíveis - já que uma das condições de elegibilidade é a idade mínima de 18 anos para o Vereador.

Gabarito: Certo

Anotação

62) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: CRN - 2º Região (RS) Prova: Quadrix - 2020 - CRN - 2º Região (RS) - Nutricionista Fiscal

No que concerne aos direitos políticos, julgue o item.

A idade mínima exigida para cargos eletivos é aferida no momento da posse, não do registro.

() Certo () Errado



Solução rápida:

REGRA: Até a data da posse o candidato precisa ter completado a idade exigida para o cargo. (Assim como acontece nos concursos públicos). Porém essa condição é verificada no momento do registro da candidatura. Faz-se um cálculo futuro: “até a data da posse ele já terá completado a idade exigida para o cargo?”. Se a resposta for sim, pode se registrar e concorrer ao pleito. Se não faz o menor sentido autorizar a candidatura sendo que ele não poderá tomar posse.

EXCEÇÃO: Quando a idade mínima exigida for 18 anos (é o caso do Vereador), deverá estar completada até a data-limite para o registro da candidatura, ou seja, até o último dia em que é permitido o registro. No momento do registro o candidato pode até ser menor de idade, desde que até esse último dia ele complete 18 anos.

FUNDAMENTO DA EXCEÇÃO: Caso se permitisse que um menor de idade fosse candidato a cargo eletivo, ele estaria concorrendo ao pleito sem se sujeitar às rigorosas exigências e responsabilidades criminais do Código Eleitoral. Ou seja, poderia comprar votos, abusar do poder econômico, etc. sem que pudesse ser responsabilizado criminalmente.

Solução completa: Todas as condições de elegibilidade, inclusiva a idade mínima, são aferidas no momento do registro da candidatura, e não da posse (Lei nº 9.504/97, art. 11, § 10).

Não confundir com a data de referência: na aferição, verifica-se se o candidato terá completado a idade mínima até a data da posse ou, quando fixada em 18 anos (Vereador), a data-limite para o pedido de registro.

Aprofundamento de estudo:

Lei 9.504/97. Art. 11. § 10. As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro da candidatura, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade.

Lei 9.504/97. Art. 11. § 2. A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em 18 anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro. (Reda-



ção dada pela Lei nº 13.165/2015)

CF. Art. 14. § 3. São condições de elegibilidade, na forma da lei: VI - a idade mínima de: a) 35 anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; b) 30 anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; c) 21 anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz; d) 18 anos para Vereador.

“Todas as condições de elegibilidade são analisadas e aferidas pela Justiça Eleitoral no momento do registro de candidatura, mas nem todas precisam estar plenamente preenchidas ou aperfeiçoadas na ocasião. Em relação ao prazo de domicílio eleitoral e filiação partidária, considera-se a data da eleição. Já a idade, nos termos do artigo 11, § 2, da Lei 9.504/1997, é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em 18 anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro” (Raquel Cavalcanti Ramos Machado, Direito eleitoral, 2 ed., São Paulo, Atlas, 2018, item 7.4).

Gabarito: Errado

Anotação



63) Ano: 2020 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Morro Agudo - SP Prova: VUNESP - 2020 - Prefeitura de Morro Agudo - SP - Analista Legislativo

A respeito dos direitos políticos, a Carta Magna dispõe que

(A) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

(B) não podem se alistar como eleitores os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

(C) é uma condição de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República, Senador e Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

(D) para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Deputados e os Senadores devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

(E) a condenação por improbidade administrativa e a condenação criminal transitada em julgado são duas das hipóteses de cassação de direitos políticos previstas no texto constitucional.

Solução rápida: Constituição federal de 1988

Artigo 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; (Perda dos direitos políticos)

II - incapacidade civil absoluta; (Suspensão dos direitos políticos)

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;(Suspensão dos direitos políticos)

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;(Perda dos direitos políticos)



V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.(Suspensão dos direitos políticos)

Solução completa:

A) **GABARITO** - Artigo 14 § 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

B) **ERRADA** - O analfabeto pode ser eleitor (voto facultativo), quem não pode são os estrangeiros. Artigo 14 §2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

C) **ERRADA** - 35 anos apenas para Presidente e Senador. (Artigo 14, VI)

D) **ERRADA** - Isso só se aplica aos Chefes do Executivo: PR, Governador e Prefeito. Art. 14 §6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

E) **ERRADA** - não existe cassação de direitos políticos, apenas perda ou suspensão. Artigo 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; (Perda dos direitos políticos)

II - incapacidade civil absoluta; (Suspensão dos direitos políticos)

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;(Suspensão dos direitos políticos)

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º,VIII;(Perda dos direitos políticos)

V - improbidade administrativa, nos termos do artigo 37, § 4º.(Suspensão dos direitos políticos)



Gabarito: Letra A

Anotação



BOA PROVA

PODER JUDICIÁRIO



64) Ano: 2020 Banca: IBFC Órgão: TRE-PA Prova: IBFC - 2020 - TRE-PA - Técnico Judiciário - Administrativa

As normas atinentes ao Poder Judiciário encontram-se disciplinadas no Capítulo III do Título IV da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Leia abaixo o artigo 93, inciso XI, da CF/88:

“Artigo 93. Inciso XI ± Nos tribunais com número superior a _____ julgadores, poderá ser constituído _____, com o mínimo de _____ e o máximo de _____ membros, para o exercício das atribuições _____ da competência do tribunal pleno, provendo-se _____ das vagas por antiguidade e _____ por eleição pelo tribunal pleno’.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) cinquenta / órgão de cúpula / quinze / trinta / jurisdicionais e legislativas / um terço / dois terços
- (B) cinquenta / órgão especial / vinte e cinco / trinta / administrativas e jurisdicionais avocadas / três quintos / o restante
- (C) vinte e cinco / órgão especial / onze / vinte e cinco / administrativas e jurisdicionais delegadas / metade / a outra metade
- (D) vinte e cinco / órgão de cúpula / onze / vinte e cinco / administrativas e jurisdicionais avocadas / um terço / dois terços

Solução rápida: Constituição federal de 1988

Artigo 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

XI - nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno; (EC 45/2004)



Solução completa:

Conforme mostra constituição de 1988 no seu artigo 93:

XI -nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

Órgão especial:

- Tribunais com + de 25 membros
- Pode ser criado para exercer competências administrativas e jurisdicionais do pleno.
- Criação é facultativa.
- Órgão especial deve ter no mínimo 11 membros e no máximo 25 membros, metade por antiguidade/metade por eleição direta.

Gabarito: Letra C

Anotação



65) Ano: 2020 Banca: IBADE Órgão: Prefeitura de São Felipe D'Oeste - RO Prova: IBADE - 2020 - Prefeitura de São Felipe D'Oeste - RO - Fiscal de Patrimônio

A Constituição Federal trata de custas e emolumentos no art. 98, § 2º, quando determina que as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da(o):

- (A) saúde.
- (B) transporte.
- (C) justiça.
- (D) segurança.
- (E) educação.

Solução rápida: Constituição federal de 1988

Artigo 98 § 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

Solução completa: CF Artigo 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

II - justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

§ 1º Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal.

§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

Informação complementar:

De acordo com Maria Helena Diniz, custas são “as taxas remuneratórias autorizadas em lei e cobradas pelo poder público em decorrência dos serviços prestados pelos serventuários da justiça para a realização dos atos processuais” Emolumentos ou custas extrajudiciais, por sua vez, são “despesas pagas para a realização de um serviço público delegado cuja cobrança é, igualmente, autorizada por lei estadual. Utiliza-se o termo emolumento para representar as custas pagas ao foro extrajudicial (notários e registradores)”.

Gabarito: Letra C

Anotação



66) Ano: 2020 Banca: ADM&TEC Órgão: Prefeitura de Gravatá - PE Prova: ADM&TEC - 2020 - Prefeitura de Gravatá - PE - Guarda Municipal

Analise as afirmativas a seguir:

I. No Brasil, os cargos de juízes gozam de certas garantias previstas na Constituição Federal de 1988, como, por exemplo, a vitaliciedade que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício do cargo. De acordo com o artigo 95 do texto constitucional, a perda do cargo depende, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

II. Aos juízes brasileiros é vedado receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei. Esses profissionais também são impedidos de se dedicar à atividade político-partidária e de exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério. Os juízes também são proibidos de receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.

Marque a alternativa CORRETA:

- (A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- (B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- (C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- (D) As duas afirmativas são falsas.



Solução rápida: Constituição Federal

Artigo 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

III - irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III - dedicar-se a atividade político-partidária.

Solução completa: A questão exige conhecimento acerca dos Poder Judiciário e pede ao candidato que julgue os itens que seguem. Vejamos:

I. No Brasil, os cargos de juízes gozam de certas garantias previstas na Constituição Federal de 1988, como, por exemplo, a vitaliciedade que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício do cargo. De acordo com o artigo 95 do texto constitucional, a perda do cargo depende, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

Verdadeiro, nos termos do art. 95, I, CF: Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias: I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II. Aos juízes brasileiros é vedado receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei. Esses profissionais também são impedidos de se dedicar à atividade político-partidária e de exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma



de magistério. Os juízes também são proibidos de receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.

Verdadeiro, nos termos do art. 95, parágrafo único, I, II, III e IV, CF: Parágrafo único. Aos juízes é vedado: I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério; II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo; III - dedicar-se à atividade político-partidária. IV receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

Portanto, ambos os itens são verdadeiros.

Gabarito: Letra A

Anotação



BOA PROVA

67) Ano: 2020 Banca: ADM&TEC Órgão: Prefeitura de Araçoiaba - PE Prova: ADM&TEC - 2020 - Prefeitura de Araçoiaba - PE - Guarda Municipal

Analise as afirmativas a seguir:

I. Em relação ao furto de coisa comum, o Código Penal determina que é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente, conforme disposto no artigo 156, § 2º, do referido diploma legal.

II. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário devem ser públicos e todas as decisões devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação, conforme determina o artigo 93, da Constituição Federal de 1988.

III. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 98, prevê que a União, no Distrito Federal e nos territórios, e os estados podem criar a justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras atribuições previstas na legislação.

Marque a alternativa CORRETA:

- (A) Nenhuma afirmativa está correta.
- (B) Apenas uma afirmativa está correta.
- (C) Apenas duas afirmativas estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.



Solução rápida: Artigo 156, § 2º, do Código Penal: Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente.

Artigo 93, IX, da Constituição Federal : Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação

Art. 98, II, da CF: A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

Solução completa: A questão é multidisciplinar e exige conhecimento sobre Direito Penal e Direito Constitucional e pede ao candidato que julgue os itens que seguem. Vejamos:

I. Em relação ao furto de coisa comum, o Código Penal determina que é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente, conforme disposto no artigo 156, § 2º, do referido diploma legal.

Errado. Na verdade, não é possível a punição quando a subtração de coisa comum fungível não exceda a quota a que tem direito o agente, nos termos do art. 156, § 2º, CP: § 2º - Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente.

II. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário devem ser públicos e todas as decisões devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação, conforme determina o artigo 93, da Constituição Federal de 1988.

Correto. A banca trouxe a cópia literal do art. 93, IX, CF: Art. 93. IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito



à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

III. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 98, prevê que a União, no Distrito Federal e nos territórios, e os estados podem criar a justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras atribuições previstas na legislação.

Correto. Inteligência do art. 98, II, CF: Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão: II - justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

Portanto, apenas dois itens estão corretos.

Gabarito: Letra C

Anotação



68) Ano: 2021 Banca: Quadrix Órgão: CRECI - 14ª Região (MS) Prova: Quadrix - 2021 - CRECI - 14ª Região (MS) - Assistente Administrativo

A tripartição dos Poderes da União foi consagrada no artigo 2.º da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência independente e harmônica do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Com relação a esse assunto, julgue o item.

A função típica do Poder Judiciário é solucionar, definitivamente, conflitos de interesses, por meio da aplicação do direito ao caso concreto.

() Certo () Errado

Solução rápida: A função típica do Poder Judiciário é solucionar definitivamente conflitos de interesses sempre mediante a provocação do interessado, haja vista o fato de que a função jurisdicional, no Brasil, tem a característica da inércia. Por fim, a função típica do Poder Executivo é a função administrativa e consiste na defesa concreta dos interesses públicos, sempre atuando dentro dos limites da lei.

Solução completa: Cada um dos três poderes exerce 1 função tipicamente e mais duas a tipicamente para se contrabalancearem (atentar para o legislativo, que é o único poder que exerce duas funções tipicamente).

Dessa forma, **ESQUEMATIZANDO**, temos:

PODER LEGISLATIVO

Função típica: Legislar; fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Executivo;

Funções atípicas: Administrativa: dispor sobre sua organização, provendo cargos, concedendo férias, licenças a servidores etc; (QUESTÃO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO É FUNÇÃO ATÍPICA). De judiciário: Senado julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade;



PODER EXECUTIVO

Função típica:

Administrativa: chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração

Funções atípicas:

Legislativa: Presidente da República edita medidas provisórias, com força de lei;

De poder judiciário: o Executivo julga, apreciando defesas e recursos administrativos;

PODER JUDICIÁRIO

Função típica:

Julgar; aplicar a lei;

Funções atípicas:

Legislativa: Quando elabora seus regimentos internos e dos tribunais;

Administrativa: o conceder licenças e férias aos magistrados e serventuários.

Gabarito: Certo

Anotação



69) Ano: 2020 Banca: FGV Órgão: TJ-RS Prova: FGV - 2020 - TJ-RS - Oficial de Justiça

Após amplos debates entre as lideranças parlamentares de certo Estado da Federação, um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei ampliando as competências do Tribunal de Justiça. Do processo legislativo resultou a promulgação da Lei nº XX/2018. A forma utilizada para dispor sobre as competências do Tribunal é:

- (A) correta, pois, por se tratar de matéria local, a lei estadual pode discipliná-la;
- (B) incorreta, pois a ampliação de suas competências deve ser disciplinada na Constituição Estadual;
- (C) incorreta, pois o processo legislativo deveria ter sido iniciado por provocação do Tribunal de Justiça;
- (D) correta, desde que o Tribunal de Justiça tenha sido previamente ouvido a respeito da iniciativa;
- (E) incorreta, pois suas competências estão previstas exclusivamente na Constituição da República de 1988.

Solução rápida: Constituição Federal de 1988

Artigo 125º. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.



Solução completa: Conforme disciplinado na Constituição Federal, a competência dos tribunais de justiça será definida na Constituição Estadual do respectivo Estado, observados os princípios da CF de 1988.

Artigo 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

A competência dos Tribunais de Justiça será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça. Ressalte-se que a competência da Justiça Estadual é residual: compreende tudo aquilo que não é de atribuição da Justiça Federal, do Trabalho ou Eleitoral.

Gabarito: Letra B

Anotação



70) Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEFAZ-AL Prova: CESPE - 2020 - SEFAZ-AL - Auditor de Finanças e Controle de Arrecadação da Fazenda Estadual

Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

Em razão da garantia de autonomia financeira, as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário não se submetem aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.

() Certo () Errado

Solução rápida: As propostas orçamentárias encaminhadas pelos três poderes submetem-se aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.

Constituição federal de 1988 artigo 99 . Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

Solução completa: Constituição federal de 1988

Artigo 99º. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;



II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

Não enviou: Utiliza os valores aprovados na lei vigente.

Enviou em desacordo: Poder Executivo procederá aos ajustes.

Gabarito: Errado

Anotação



71) Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TC-DF Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - TC-DF - Auditor de Controle Externo - Objetiva

De acordo com o STF, é lícito ao Poder Judiciário, em situações excepcionais, determinar que a administração pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais.

() Certo () Errado

Solução rápida: Segundo entendimento do STF, o Poder Judiciário poderá, excepcionalmente, determinar que a Administração Pública implemente medidas com a finalidade de assegurar os direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição. Essa intervenção não ofende ao princípio da separação dos poderes.

Solução completa: O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a administração pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes, inserto no art. 2º da CF.

Os tribunais superiores STF e STJ, fazem parte do poder Judiciário cabendo a eles a interpretação das leis(=jurisprudência), o STF é responsável por resguardar a **CONSTITUIÇÃO**, que está no topo da hierarquia das leis e o STJ é o responsável por resguardar as normas **INFRALEGAIS**.

[RE 669.635 AgR, rel. min. Dias Toffoli, j. 17-3-2015, 2ª T, DJE de 13-4-2015.]

CUIDADO!

É possível ao Poder Judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo.

[AI 734.487 AgR, rel. min. Ellen Gracie, j. 3-8-2010, 2ª T, DJE de 20-8-2010.]

Princípio da “reserva do possível”: Cabe ao Estado efetivar os direitos sociais, mas apenas “na medida do financeiramente possível”. Portanto, determinar os limites em que o Estado deixa de ser obrigado a dar efetividade aos direitos sociais.

Princípio do “mínimo existencial”

É compatível e deve conviver com a cláusula da reserva do possível, sendo uma limitação à cláusula da reserva do possível, que somente é invocável após a garantia, pelo Estado, do mínimo existencial. (STF, RE 639.637. AgR. Rel. Min. Celso de Mello. 15.09.2011)

Gabarito: Certo

Anotação



72) Ano: 2019 Banca: FGV Órgão: DPE-RJ Prova: FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Médio de Defensoria Pública

Determinado Prefeito Municipal, insatisfeito com a atuação do Juiz de Direito da Comarca, que já contava com dez anos de efetivo exercício na magistratura, solicitou ao Presidente do Tribunal de Justiça que o “demitisse” por decisão administrativa. À luz da sistemática constitucional, o referido pedido é incompatível com a garantia constitucional da:

- (A) inamovibilidade;
- (B) vitaliciedade;
- (C) irredutibilidade;
- (D) indisponibilidade;
- (E) inelegibilidade.



Solução rápida: O juiz possui uma garantia chamada **vitaliciedade**: o Juiz, após dois anos de exercício, só pode perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado. Antes dos dois anos, estando o magistrado no período de estágio probatório, a perda do cargo pode operar-se por deliberação do Tribunal a que o juiz estiver vinculado. Como o magistrado já tinha 10 anos de exercício ele já possui vitaliciedade, portanto não cabe decisão administrativa, mas sentença judicial transitada em julgado.

Solução completa: São garantias dos magistrados (extensíveis aos membros do membros do ministério público):

Vitaliciedade: garantida após 2 anos no 1º grau. Garante que o magistrado só será exonerado por sentença judicial transitada em julgado

Inamovibilidade: impede que o juiz seja removido de um cargo para outro, salvo motivo de interesse público

Irredutibilidade de subsídios: visa proteger a remuneração dos juízes contra retaliação do executivo ou do legislativo.



Artigo 95 da constituição federal: Os juízes gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, que, no 1 grau, só será adquirida após 2 anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

III - irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Vedações

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III - dedicar-se à atividade político-partidária.

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 3 anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Gabarito: Letra B

Anotação



BOA PROVA

73) Ano: 2019 Banca: FGV Órgão: DPE-RJ Prova: FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Médio de Defensoria Pública

O Tribunal de Justiça do Estado divulgou edital para a promoção de cinco Juízes de Direito para uma entrância mais elevada da carreira.

De acordo com a sistemática constitucional, essas promoções devem observar:

- (A) alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento;
- (B) apenas o critério de merecimento;
- (C) apenas o critério de antiguidade;
- (D) alternadamente, os critérios de antiguidade, merecimento e sorteio;
- (E) apenas o critério de sorteio.

Solução rápida: Alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento;

Artigo 93 CF/88: Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento [...]

Promoção por merecimento: com requisito de 2 anos de exercício na respectiva entrância, e o juiz deve integrar o primeiro quinto da lista de antiguidade, salvo se não houver, com esses requisitos, quem aceite o lugar vago

Promoção por antiguidade: o tribunal só pode recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de 2/3 dos seus membros, assegurado ampla defesa.



Solução completa:**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****DO PODER JUDICIÁRIO**

Artigo 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

d) na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)



e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Gabarito: Letra A

Anotação



74) Ano: 2019 Banca: FGV Órgão: TJ-CE Prova: FGV - 2019 - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Judiciária

O Secretário de Finanças do Município Alfa expediu ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça informando que o setor técnico do Poder Executivo concluíra a elaboração da proposta orçamentária do próximo exercício financeiro, afeta ao Poder Judiciário. Solicitou que fosse informado caso houvesse alguma observação a ser feita em relação à proposta antes do seu encaminhamento ao Poder Legislativo.

Considerando a sistemática constitucional, o proceder do Poder Executivo é:

- (A) correto, pois somente o Poder Executivo pode encaminhar o projeto de lei orçamentária ao Poder Legislativo;
- (B) correto, pois a proposta elaborada pelo Poder Executivo deve ser aprovada pelo Judiciário, que a encaminhará ao Legislativo;
- (C) incorreto, pois compete ao Tribunal de Justiça elaborar a sua proposta orçamentária, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) incorreto, pois compete ao Poder Legislativo aprovar a proposta orçamentária que será submetida à apreciação dos demais Poderes;
- (E) correto, pois a receita pública é arrecadada pelo Poder Executivo, daí decorrendo a sua competência para fixar os limites da despesa pública.

Solução rápida: Incorreto, pois compete ao Tribunal de Justiça elaborar a sua proposta orçamentária, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Poder Judiciário tem competência para elaborar sua própria proposta orçamentária. No âmbito dos Estados, cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça encaminhar a proposta orçamentária ao Poder Executivo (art. 99, § 2º, II, CF/88).



Solução completa: Artigo 99 da constituição federal:

Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

REGRA: O Executivo não mexe na proposta.

EXCEÇÃO: Somente quando a proposta estiver em desacordo com **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA**.

Se o Judiciário **NÃO** apresentar, será considerada a **PROPOSTA** apresentada do ano **VI-GENTE**

O Tribunal de Justiça do Estado Beta encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e na ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o entendimento do Chefe do Poder Executivo está:

Totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão **DE SUA AUTONOMIA**, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder Executivo;

O Executivo não mexe na proposta.

EXCEÇÃO: Somente quando a proposta estiver em desacordo com **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA**.



Se o Judiciário **NÃO** apresentar, será considerada a **PROPOSTA** apresentada do ano **VI-GENTE**.

Gabarito: Letra C

Anotação

75) Ano: 2019 Banca: FCC Órgão: Câmara de Fortaleza - CE Prova: FCC - 2019 - Câmara de Fortaleza - CE - Agente Administrativo

Ao dispor sobre os órgãos do Poder Judiciário e as competências dos tribunais, a Constituição Federal de 1988 estabelece que

- (A) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.
- (B) compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal a criação ou extinção dos tribunais inferiores.
- (C) os Tribunais Regionais Federais e juízes federais são órgãos do Poder Judiciário e têm sede na Capital Federal.
- (D) compete privativamente aos tribunais prover, obedecida a forma que prescreve, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.



(E) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios nos crimes comuns e de responsabilidade.

Solução rápida: Artigo 96 da constituição federal, Compete privativamente:

I - aos tribunais:

- a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;
- b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;
- c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;
- d) propor a criação de novas varas judiciárias;
- e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

Solução completa: Vejamos cada alternativa:

Alternativa “a”: está incorreta. Para o STF, o CNJ possui competência puramente administrativa, não exercendo jurisdição. Nesse sentido: “CNJ. Órgão de natureza exclusivamente administrativa. Atribuições de controle da atividade administrativa, financeira e disciplinar da magistratura. Competência relativa apenas aos órgãos e juízes situados, hierarquicamente, abaixo do STF. Preeminência deste, como órgão máximo do Poder Judiciário, sobre o Conselho, cujos atos e decisões estão sujeitos a seu controle jurisdicional. Inteligência dos arts. 102, caput, I, r, e 103-B, § 4º, da CF. O CNJ não tem nenhuma competência sobre o STF e seus ministros, sendo este o órgão máximo do Poder Judiciário nacional, a que aquele está sujeito”. [ADI 3.367, rel. min. Cezar Peluso, j. 13-4-2005, P, DJ de 22-9-2006.]

Alternativa “b”: está incorreta. Conforme art. 96. Compete privativamente: [...] II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169: [...] c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores.



Alternativa “c”: está incorreta. Conforme artigo 92. São órgãos do Poder Judiciário: [...] III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; § 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

Alternativa “d”: está correta. Conforme artigo 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais: [...]

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.

Alternativa “e”: está incorreta. Conforme artigo 96 - Compete privativamente: [...]

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

Gabarito: Letra D

Anotação



PODER EXECUTIVO



76) Ano: 2020 Banca: IBADE Órgão: Prefeitura de Vila Velha - ES Provas: IBADE - 2020 - Prefeitura de Vila Velha - ES - Agente Municipal de Defesa Civil

É constante assunto de debate e alvo de investigação a política de ingresso de comissionados, ou empregos públicos. Infringir no provimento dos cargos públicos, as normas legais é crime de que tipo?

- (A) Falsidade ideológica
- (B) Ato omissivo ou doloso contra o erário
- (C) De responsabilidade contra a probidade na administração
- (D) Evasão de divisas e enriquecimento ilícito
- (E) De atentado contra a organização do Estado

Solução rápida: DOS CRIMES CONTRA A PROBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

1 - omitir ou retardar dolosamente a publicação das leis e resoluções do Poder Legislativo ou dos atos do Poder Executivo;

2 - não prestar ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;

4 - expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição;

5 - infringir no provimento dos cargos públicos, as normas legais;

6 - Usar de violência ou ameaça contra funcionário público para coagi-lo a proceder ilegalmente, bem como utilizar-se de suborno ou de qualquer outra forma de corrupção para o mesmo fim;



7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.

Solução completa: A banca pede que o candidato assinale a assertiva que responda qual é o crime quando é infringido o provimento de cargo público, o que ocorre, por exemplo, na “troca de cargos”.

Analisemos as alternativas:

a) Falsidade ideológica: Este crime tem previsão no Código Penal (CP), no art. 299. Que assim preceitua: “Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:”. Observe que o crime descrito no enunciado seria o de prover cargo público e não “omitir ou inserir ou fazer inserir”

b) Ato omissivo ou doloso contra o erário: A banca leva a crer que o art. 10 prescrito na Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) é crime. **CONTUDO**, a referida Lei não estabelece sanções penais pela prática de improbidade.

c) De responsabilidade contra a probidade na administração: De fato, a Lei 1.079/50 estabelece em seu art. 4º, V: “Art. 4º São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra: V - A probidade na administração.” Assim, embora o enunciado não tenha dito explicitamente que no caso hipotético a autoridade que nomeou foi o Presidente da República, infere-se que tenha sido.

d) Evasão de divisas e enriquecimento ilícito: A banca leva a crer que o art. 9º prescrito na Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) é crime. **CONTUDO**, a referida Lei não estabelece sanções penais pela prática de improbidade.

e) De atentado contra a organização do Estado: Honestamente, procurei no Código Penal e em Leis Esparsas, porém, o mais próximo que cheguei foi do tipo penal previsto no art. 4º, II, da Lei 1.079/50: “Art. 4º São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra: II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;” já que como “Estado” está com “E” maiúsculo, significa um conjunto da admi-



nistração e poderes organizados.

Gabarito: Letra C

Anotação

77) Ano: 2020 Banca: IBADE Órgão: Prefeitura de Vila Velha - ES Prova: IBADE - 2020 - Prefeitura de Vila Velha - ES - Assistente Público Administrativo

A ex-presidente Dilma Rousseff, por aquilo que foram consideradas pedaladas fiscais, ofendeu o Estado no que trata o trecho abaixo e foi, portanto, alvo de Impeachment. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:

- (A) a Lei Orgânica do Município.
- (B) o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) a moral e os bons costumes.
- (D) a probidade na administração.
- (E) Estatuto do Idoso.



Solução rápida: Constituição federal de 1988

Da Responsabilidade do Presidente da República

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Súmula Vinculante 46: "A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União."

Solução completa: A questão exige do candidato o conhecimento acerca do que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe sobre crimes de responsabilidade.

Análise das alternativas:

Alternativa A - Incorreta. Não há essa disposição no art. 85 da CRFB/88.

Alternativa B - Incorreta. Não há essa disposição no art. 85 da CRFB/88.

Alternativa C - Incorreta. Não há essa disposição no art. 85 da CRFB/88.

Alternativa D - Correta! Art. 85, CRFB/88: “São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais”.

Gabarito: Letra D

Anotação



78) Ano: 2020 Banca: IBFC Órgão: Prefeitura de Vinhedo - SP Prova: IBFC - 2020 - Prefeitura de Vinhedo - SP - Guarda Municipal

O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. No que se refere às disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, analise as afirmativas abaixo:

I. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

II. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.

III. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas



Solução rápida: Artigo 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Artigo 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Art. 82. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

Solução completa: A questão exige conhecimento sobre Poder Executivo e pede ao candidato que julgue os itens abaixo. Vejamos:

I. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Correto, nos termos do art. 79, parágrafo único, CF: Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

II. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.

Errado. A ordem é a seguinte: 1. Presidente da Câmara dos Deputados; 2. Presidente do Senado Federal; 3. Presidente do Supremo Tribunal Federal. Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.



III. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

Correto, nos termos do art. 81, §1º, CF: § 1º - Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

Portanto, apenas as afirmativas I e III estão corretas.

MACETE:

Vacância nos 2 primeiros anos - eleição **DIRETA**(ou seja, novas eleições) - EM 90 DIAS

Vacância nos 2 últimos anos - eleição **INDIRETA** - EM 30 DIAS pelo Congresso Nacional

Gabarito: Letra D

Anotação



79) Ano: 2020 Banca: Quadrix Órgão: IDURB Prova: Quadrix - 2020 - IDURB - Técnico Administrativo - Administrativo

O artigo 2.º da Constituição Federal, ao estabelecer que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, adota, para o Estado brasileiro, a clássica teoria de tripartição de funções. No que se refere aos poderes estruturais e organizacionais do Estado, julgue o item.

O Poder Executivo, que tem como função típica a atividade administrativa estatal, pode exercer a tipicamente a função legislativa, porém jamais pode exercer a função jurisdicional, sob pena de usurpação de poder.

() Certo () Errado

Solução rápida: O Poder Executivo, além da sua função administrativa típica, pratica atos no exercício da função jurisdicional quando aplica penalidades administrativas aos servidores.

Solução completa: O Poder Legislativo tem, como função típica, a tarefa de criar normas gerais e abstratas e fiscalizar a atividade do Executivo; como função atípica de cunho jurisdicional, a possibilidade de processar e julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade (art. 52, I, CR) ou os ministros do Supremo Tribunal Federal pelos mesmos crimes (art. 52, II, CR). Exerce, também, a função administrativa quando organiza seus serviços internos (art. 51, IV e 52, XIII, CR).

O Poder Judiciário, além de sua função ordinária — que é a de resolver conflitos de interesses de modo definitivo —, exerce também atos no exercício de função normativa, como na elaboração dos regimentos internos dos tribunais (art. 96, I, a, CR), e de função administrativa, quando organiza os seus serviços (art. 96, I, a, b, c; art. 96, II, a, CR).

Por fim, o Poder Executivo possui, como função precípua, a incumbência de administrar a coisa pública e, como função atípica, a de legislar, quando, por exemplo, edita normas gerais e abstratas através do poder regulamentar (art. 84, IV, CR) ou quando edita medidas provisórias (art. 62, CR) ou leis delegadas (art. 68, CR). No entanto, segundo a ordem



constitucional vigente e a melhor doutrina sobre o tema, ao Executivo não é dada a possibilidade de exercer, mesmo que extraordinariamente, a função jurisdicional, que é exercida, quase em regime de monopólio, pelo Poder Judiciário (v. CARVALHO FILHO, 2015, p. 3).

Gabarito: Errado

Anotação

80) Ano: 2020 Banca: FUNDATEC Órgão: Câmara de Imbé - RS Prova: FUNDATEC - 2020 - Câmara de Imbé - RS - Assistente Administrativo

Segundo o Artigo 83 da Constituição Federal, o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a _____ dias, sob pena de perda do cargo. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- (A) sete
- (B) nove
- (C) dez
- (D) quatorze
- (E) quinze



Solução rápida: Artigo 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Solução completa: A questão exige conhecimento acerca do processo legislativo e pede ao candidato que preencha corretamente a lacuna que segue: “ o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a _____ dias, sob pena de perda do cargo.”

Para responder a questão, necessário conhecimento do art. 83, CF, que preceitua:

Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Portanto, a palavra que preenche corretamente a lacuna é 15 (quinze) dias, de modo que somente o item “E” se demonstra correto.

Gabarito: Letra E

Anotação



81) Ano: 2020 Banca: FUNDATEC Órgão: Câmara de Imbé - RS Prova: FUNDATEC - 2020 - Câmara de Imbé - RS - Técnico Contábil

O Art. 91 da Constituição Federal define que o Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático. Segundo as disposições do referido artigo, entre os membros natos do referido Conselho estão, EXCETO o(os):

- (A) Vice-Presidente da República.
- (B) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (C) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (D) Presidente do Senado Federal.
- (E) Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Solução rápida: Artigo 91. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos:

- I - o Vice-Presidente da República;
- II - o Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - o Presidente do Senado Federal;
- IV - o Ministro da Justiça;
- V - o Ministro de Estado da Defesa (apenas brasileiro nato);
- VI - o Ministro das Relações Exteriores;
- VII - o Ministro do Planejamento.
- VIII - os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.



Nesse rol não há o presidente do STF. Portanto, gabarito letra E

BIZU: Os membros dos incisos I a IV são também membros do Conselho da República

Solução completa: A questão exige conhecimento acerca do conselho da defesa nacional e pede ao candidato que assinale o item incorreto, marcando quem não é membro nato. Vejamos:

a) Vice-Presidente da República.

Correto. É membro nato, nos termos do art. 91, I, CF: Art. 91. I - o Vice-Presidente da República;

b) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Correto. É membro nato, nos termos do art. 91, VIII, CF: Art. 91. VIII - os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

c) Presidente da Câmara dos Deputados.

Correto. É membro nato, nos termos do art. 91, II, CF: Art. 91. II - o Presidente da Câmara dos Deputados;

d) Presidente do Senado Federal.

Correto. É membro nato, nos termos do art. 91, III, CF: Art. 91. III - o Presidente do Senado Federal;

e) Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Errado e, portanto, gabarito da questão. O Presidente do Supremo Tribunal Federal não é membro nato do Conselho de Defesa Nacional.

Gabarito: Letra E



Anotação

82) Ano: 2020 Banca: FCC Órgão: AL-AP Prova: FCC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Assessor Jurídico Legislativo

Considere que a Constituição de determinado Estado da federação contenha as seguintes previsões:

- I. Compete à Assembleia Legislativa autorizar, pelo voto de dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Governador do Estado, pelo cometimento de crimes comuns; e
- II. Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar o Procurador-Geral do Estado nas infrações penais comuns, inclusive nos crimes contra a vida.

À luz da disciplina constitucional pertinente e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,



(A) a primeira previsão é incompatível com a Constituição Federal, por instituir condição não contemplada na Constituição de procedibilidade política para o processamento de ação penal pública de competência originária do Superior Tribunal de Justiça; e a segunda é incompatível quanto à competência do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, que prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

(B) a primeira previsão é compatível com a Constituição Federal, por se tratar de norma atinente à separação de poderes, de reprodução obrigatória no âmbito estadual; e a segunda é compatível por ter o Estado competência para dispor sobre a organização de sua Justiça, cabendo à sua constituição definir a competência do respectivo tribunal.

(C) ambas previsões são compatíveis com a Constituição Federal, por se tratar de matérias atinentes à capacidade de auto-organização dos Estados como entes da federação.

(D) apenas a primeira previsão é incompatível com a Constituição Federal, por instituir condição não contemplada na Constituição de procedibilidade política para o processamento de ação penal pública de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.

(E) apenas a segunda previsão é incompatível com a Constituição Federal quanto à competência do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, que prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

Solução rápida: Não há necessidade de prévia autorização da Assembleia Legislativa para que o STJ receba denúncia ou queixa e instaure ação penal contra Governador de Estado, por crime comum.

Vale ressaltar que se a Constituição Estadual exigir autorização da ALE para que o Governador seja processado criminalmente, essa previsão é considerada inconstitucional.

Assim, é vedado às unidades federativas instituir normas que condicionem a instauração de ação penal contra Governador por crime comum à prévia autorização da Casa Legislativa.

Se o STJ receber a denúncia ou queixa-crime contra o Governador, ele não ficará automaticamente suspenso de suas funções. Cabe ao STJ dispor, fundamentadamente, sobre a aplicação de medidas cautelares penais, inclusive afastamento do cargo.



Solução completa: COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO

CRIMES COMUNS: tipificados na lei penal (CP e legislação extravagante). Exs: peculato, corrupção passiva etc.

Quem julga:

- Presidente: o STF (após autorização de 2/3 da Câmara dos Deputados).
- Governador: o STJ (não precisa de prévia autorização da assembleia legislativa).
- Prefeito: o TJ/TRF/TRE (não precisa de prévia autorização da Câmara Municipal).

CRIMES DE RESPONSABILIDADE: infrações político-administrativas praticadas por pessoas que ocupam determinados cargos públicos.

Caso o agente seja condenado por crime de responsabilidade - não receberá sanções penais (prisão ou multa) – Receberá - sanções político-administrativas (perda do cargo e inabilitação para o exercício de função pública).

Os crimes de responsabilidade estão previstos:

- Presidente: art. 85 da CF/88 e Lei N.º 1.079/50.
- Governador: Lei N.º 1.079/50.
- Prefeito: DL 201/67.

Quem julga:

- Presidente: Senado (após autorização da CD – 2/3).
- Governador: Tribunal Especial* (composto por 5 membros da ALE + 5 Desembargadores, sob a presidência do Presidente do TJ)
- Prefeito: Câmara Municipal.



* Tal matéria **NÃO DEPENDE** do que dispuser a Constituição Estadual porque, segundo o STF, legislar sobre crime de responsabilidade e respectivo processo e julgamento é competência privativa da União

-----> Súmula 722: São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.

CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

- Presidente: STF
- Governador: STJ (art. 105, I, “a”)
- Prefeito: TJ (art. 29, X, da CF/88)
- Vereadores: Tribunal do Juri

A competência do júri para o julgamento de crimes dolosos contra a vida não é absoluta e pode ser excepcionada por regra da própria CF, como, por exemplo, o julgamento de prefeitos pelo TJ. (CESPE)

Súmula Vinculante 45

A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

CUIDADO! Atenção para não confundir a necessidade de autorização nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade dos governadores.

Nos crimes comuns, o STF entende que não é necessária a autorização. Nos casos de crimes de responsabilidade, a autorização é exigida pela Lei 1.079/50.

Crimes comuns - desnecessidade de autorização.

STF – ADIs 4.798, 4.764 e 4.797: “É vedado às unidades federativas instituírem normas que condicionem a instauração de ação penal contra governador, por crime comum, à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça dispor, fundamentadamente, sobre a aplicação de medidas cautelares penais, inclusive afastamento do cargo.”



Crimes de responsabilidade: necessidade de autorização da assembleia por maioria absoluta.

Lei 1.079/50, art. 77: “Apresentada a denúncia e julgada objeto de deliberação, se a Assembleia Legislativa por maioria absoluta, decretar a procedência da acusação, será o Governador imediatamente suspenso de suas funções.”

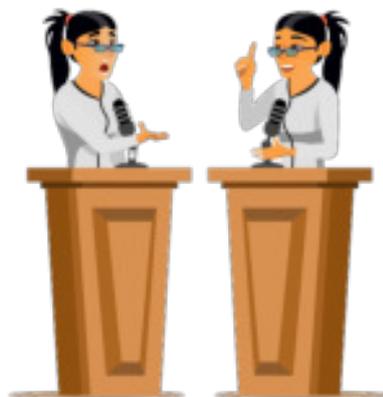
Lembrando que quem julga o governador nos crimes de responsabilidade não é a assembleia legislativa, mas sim um tribunal especial composto por 05 desembargadores do TJ e 05 membros da assembleia, presidido pelo presidente do TJ.

Gabarito: Letra A

Anotação



PODER LEGISLATIVO



83) Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TJ-PA Prova: CESPE - 2020 - TJ-PA - Auxiliar Judiciário

A possibilidade de exclusão de cometimento ilícito por parlamentares decorre do instituto denominado

- (A) inviolabilidade.
- (B) irrenunciabilidade.
- (C) prerrogativa de foro.
- (D) extinção de punibilidade.
- (E) imunidade material.

Solução rápida: Imunidade Material - Visa garantir aos parlamentares liberdade de opinião, palavras e votos. Segundo o artigo 53, CF/88, os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Assim, os congressistas não podem ser responsabilizados, civil e penalmente, pelas opiniões, palavras e votos que proferirem no exercício da função.

Imunidade Formal - A imunidade formal (processual ou de rito) garante aos parlamentares duas prerrogativas distintas:

- a) impossibilidade de ser preso ou de permanecer preso;
- b) possibilidade de sustação do andamento da ação penal;



Solução completa: Imunidade material

Artigo 53 - Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos

Foro especial por prerrogativa

§1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

Imunidade Prisional

§2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à casa respectiva para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

Imunidade Processual

§3º Recebida a denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação o Supremo Tribunal Federal dará ciência à casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§4º O pedido de sustação será apreciado pela casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

Imunidade Probatória

§6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Gabarito: Letra E



Anotação

84) Ano: 2020 Banca: IBFC Órgão: TRE-PA Prova: IBFC - 2020 - TRE-PA - Técnico Judiciário - Administrativa

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já abordou ser a separação dos poderes derivada da “necessidade de conter os excessos dos órgãos que compõem o aparelho do Estado, representa o princípio conservador das liberdades do cidadão e constitui o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição”. Quanto à organização dos Poderes assentada na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta.

(A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, entre outras funções, autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado; proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; e elaborar seu regimento interno

(B) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, após o recebimento das petições e a respectiva instauração do processo pelo Senado Federal. Se, decorrido o prazo de noventa dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo



(C) Compete privativamente ao Senado Federal, entre outras funções, processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; bem como processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade

(D) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

Solução rápida: Artigo 86 da constituição federal.

Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo



Solução completa:**A) CORRETA**

CF, Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu regimento interno;

B) INCORRETA

CF, Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

C) CORRETA

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

D) CORRETA

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

Gabarito: Letra B



Anotação

85) Ano: 2020 Banca: IBADE Órgão: Prefeitura de Vila Velha - ES Prova: IBADE - 2020 - Prefeitura de Vila Velha - ES - Assistente Público Administrativo

O Art. 74 da Constituição Federal Brasileira, determina que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário mantenham de forma integrada um sistema de controle interno com algumas finalidades. A alternativa que **NÃO** faz parte da finalidade do controle interno é:

- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (B) requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.
- (C) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (D) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (E) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



Solução rápida: Artigo 74 da constituição federal.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Solução completa: A competência citada pertence ao Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (art. 130-A, §3º, III da CF)

§3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

III - requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público. (LETRA B)

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; (LETRA A)
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (LETRA C)



III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; (LETRA D)

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional (LETRA E)

Gabarito: Letra B

Anotação

86) Ano: 2020 Banca: IBADE Órgão: Prefeitura de Vila Velha - ES Prova: IBADE - 2020 - Prefeitura de Vila Velha - ES - Assistente Público Administrativo

O Art. 71 da Constituição Federal determina que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio de (da, do):

- (A) Auditores Externos Independentes.
- (B) Polícia Militar.
- (C) Tribunal de Contas da União.
- (D) Advocacia Geral da União.
- (E) Polícia Federal.



Solução rápida: Artigo 71 da constituição federal.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do **Tribunal de Contas da União**

Solução completa:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Artigo 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;



V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

Dica!

--- > Ato administrativo: Tribunal de contas da união susta e avisa para a Câmara dos Deputados e Senado Federal.

--- > Contrato Administrativo: Congresso Nacional susta em 90 dias ou poder Executivo, caso não o faça o tribunal de contas da união tem autonomia.

Gabarito: Letra B

Anotação



BOA PROVA

87) Ano: 2020 Banca: FCC Órgão: AL-AP Prova: FCC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Técnico de Controle Interno

Um servidor do Poder Legislativo Estadual, um dos responsáveis pelo controle interno, comprovou a ilegalidade da aquisição de combustível para abastecer a frota de veículos de uma Assembleia Legislativa Estadual, uma vez que o recebimento e a utilização do combustível foram realizados antes do empenho da despesa. Nesse caso, a verificação da legalidade dos atos da execução orçamentária foi

- (A) prévia e o servidor deverá dar ciência ao Tribunal de Contas do referido Estado.
- (B) concomitante e o servidor deverá dar ciência ao Poder Judiciário do referido Estado.
- (C) subsequente e o servidor deverá dar ciência ao Ministério Público do referido Estado.
- (D) concomitante e o servidor deverá dar ciência ao Ministério Público do referido Estado.
- (E) subsequente e o servidor deverá dar ciência ao Tribunal de Contas do referido Estado.

Solução rápida: Artigo 74 da constituição federal.

§1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Solução completa: O controle quanto ao momento em que se efetua classifica-se em:

- **CONTROLE PRÉVIO OU PREVENTIVO:** exercido antes de consumir-se a conduta administrativa. Ex: aprovação prévia, por parte do Senado Federal, do Presidente e diretores do Banco Central.
- **CONTROLE CONCOMITANTE:** acompanha a situação administrativa no momento em que ela se verifica. Ex: fiscalização de um contrato em andamento.
- **CONTROLE POSTERIOR, SUBSEQUENTE OU CORRETIVO:** tem por objetivo



a revisão de atos já praticados, para corrigi-los, desfazê-los ou, somente, confirmá-los. ABRANGE ATOS como os de aprovação, homologação, anulação, revogação ou convalidação.

No caso da questão a ilegalidade constatada deu-se em razão de aquisição já realizada. Logo controle subsequente.

Gabarito: Letra E

Anotação

88) Ano: 2020 Banca: IBADE Órgão: Prefeitura de Santa Luzia D'Oeste - RO Prova: IBADE - 2020 - Prefeitura de Santa Luzia D'Oeste - RO - Assistente de Controle Interno

Os objetivos do controle interno estão fundamentados na Constituição federal no Artigo 74 e seus respectivos incisos. Diante do exposto, o sistema de controle interno tem a finalidade de:

(A) avaliar o cumprimento das ações e metas previstas no planejamento anual.

(B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto a aplicação dos princípios da publicidade e impessoalidade.



- (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (D) apoiar o controle interno das operações de crédito no exercício de sua missão institucional.
- (E) aferir se as despesas são elegíveis ou inelegíveis ao planejamento anual.

Solução rápida: Constituição federal de 1988

Artigo 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Solução completa: A questão exige conhecimento acerca do controle interno e pede ao candidato que assinale o item correto. Vejamos:

- a) avaliar o cumprimento das ações e metas previstas no planejamento anual.

Errado. A competência do controle interno é o de avaliar o cumprimento e avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e não no planejamento anual, nos termos do art. 74, I, CF: Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto a aplicação dos princípios da pu-



blicidade e impessoalidade.

Errado. A competência do controle interno é o “comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária”, nos termos do art. 74, II, CF: Art. 74. II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

Correto e, portanto, gabarito da questão. Inteligência do art. 74, III, CF: Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

d) apoiar o controle interno das operações de crédito no exercício de sua missão institucional.

Errado. A competência do controle interno é o de apoiar o controle externo, nos termos do art. 74, IV, CF: Art. 74. IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

e) aferir se as despesas são elegíveis ou inelegíveis ao planejamento anual.

Errado. Não se trata de competência do controle interno.

Gabarito: Letra C

Anotação



BOA PROVA

89) Ano: 2021 Banca: Quadrix Órgão: CRECI - 14ª Região (MS) Prova: Quadrix - 2021 - CRECI - 14ª Região (MS) - Assistente Administrativo

A tripartição dos Poderes da União foi consagrada no artigo 2.º da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência independente e harmônica do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Com relação a esse assunto, julgue o item.

Ao realizar um procedimento licitatório, o Poder Legislativo exerce uma de suas funções típicas, que não depende da autorização do Poder Executivo ou da autorização do Poder Judiciário.

() Certo () Errado

Solução rápida: O Poder Legislativo é tipificado por suas funções de legislação e fiscalização. Realizar um procedimento licitatório é uma de suas funções atípicas.

Solução completa: Cada um dos três poderes exerce 1 função tipicamente e mais duas a tipicamente para se contrabalancearem (atentar para o legislativo, que é o único poder que exerce duas funções tipicamente).

Esquematizando temos:

PODER LEGISLATIVO

Função típica: Legislar; fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Executivo;

Funções atípicas: Administrativa: dispor sobre sua organização, provendo cargos, concedendo férias, licenças a servidores etc; (QUESTÃO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO É FUNÇÃO ATÍPICA).

De judiciário: Senado julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade;



PODER EXECUTIVO

Função típica: Administrativa: chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração

Funções atípicas: Legislativa: Presidente da República edita medidas provisórias, com força de lei;

De poder judiciário: o Executivo julga, apreciando defesas e recursos administrativos;

PODER JUDICIÁRIO

Função típica: Julgar; aplicar a lei;

Funções atípicas: Legislativa: Quando elabora seus regimentos internos e dos tribunais;

Administrativa: o conceder licenças e férias aos magistrados e serventuários.

Gabarito: Errado

Anotação



BOA PROVA

90) Ano: 2021 Banca: IDIB Órgão: CRECI-CE - 15ª Região Prova: IDIB - 2021 - CRECI-CE - 15ª Região - Agente Fiscal

No que se refere ao Poder Legislativo, é correto afirmar que

- (A) compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-presidente e os Ministros de Estado.
- (B) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- (C) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- (D) cada Senador será eleito com três suplentes.

Solução rápida: Artigo 46 da constituição federal.

O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

Solução completa: Vejamos cada alternativa:

A. Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-presidente e os Ministros de Estado.

INCORRETA: Artigo 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;



B. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

CORRETA: Artigo 46 da constituição federal.

C. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

INCORRETA: Artigo 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

D. cada Senador será eleito com três suplentes.

INCORRETA: Artigo 46, § 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Gabarito: Errado

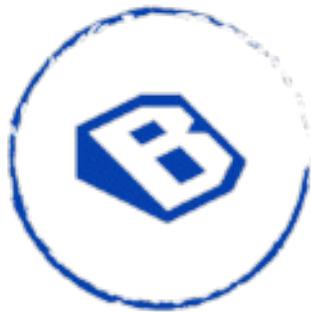
Anotação



Mais uma vez queremos agradecer você que adquiriu essa apostila de questões ! caso você tenha possibilidade imprima esse material, pois estudos mostram que quando você escreve e lê em papel o seu cérebro retém melhor o conteúdo, esperamos que você faça bastante proveito desse material.

O nosso objetivo e te auxiliar nos seus estudos e fazer você alcançar o seu objetivo que é a Aprovação, e fazer com que isso não seja algo penoso mas sim algo, que vai te possibilitar dar alicerce para alcançar os seus objetivos no concurso público. Não esqueça de seguir a gente nas redes sociais.

Desde já agradecemos, Bons estudos e Boa Prova !



BOA PROVA



BOA PROVA
